



**Caderno Pedagógico I**

# **Educação do Campo**

**formação e desenvolvimento comunitário**

**Volume I, Nº.1 - 2011**

**Série Sociedade Solidária**

  
**EDITORA**  
UNEMAX



# SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Concepções de Estado - Heloisa Salles Gentil.....	07
Participação Política – João Ivo Puhl.....	10
Políticas Públicas – Laudemir Luiz Zart.....	13
Movimentos Sociais do Campo – Heloisa Salles Gentil.....	16
O que é o Campo – Laudemir Luiz Zart.....	18
Território Camponês – Dilma Lourenço da Costa.....	22
Economia Camponesa – Laudemir Luiz Zart.....	26
Culturas Camponesa – João Ivo Puhl.....	29
Educação do Campo – Ilma Ferreira Machado.....	32
Educação, formação e desenvolvimento do Campo - Laudemir Luiz Zart.....	34
Projeto Político Pedagógico para a Escola do Campo – Ilma Ferreira Machado.....	36
Socioeconomia Solidária – Laudemir Luiz Zart.....	38
Redes de Colaboração Solidária – Clóvis Vailant.....	40
Empreendimentos Econômicos Solidários – Clóvis Vailant.....	43
O que é Ecologia – Solange Kimie Ikeda.....	46
Agroecologia – Laudemir Luiz Zart.....	48



# APRESENTAÇÃO

O Caderno Pedagógico I<sup>1</sup> se origina do projeto extensão com interface da pesquisa que tem como título *Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário*, e o objetivo de *desenvolver estudos e reflexões sobre a educação do campo promovendo a interação comunidade-escola-universidade, partindo da análise e das discussões dos projetos políticos pedagógicos e dos currículos de três escolas do campo, para problematizar as concepções e as práticas relativas ao projeto de desenvolvimento do campo, dialogando com as orientações da socioeconomia solidária, da agroecologia, da diversidade sociocultural e ambiental.*

Consideramos o Caderno Pedagógico I um material didático-pedagógico que visa substanciar os estudos, os debates e a compreensão das realidades do campo. Fundamentados na perspectiva teórica e epistemológica da pesquisa-ação, não nos limitamos, à finalidade descritiva e explicativa, mas nos orientamos pela visão de uma ciência humano-social e educacional problematizadora. Esta visão explicita as contradições dos contextos socioculturais, políticos e econômicos, geradora de processos da consciência crítica e organizativa, possibilitadora de ações transformadoras. Nesta mesma concepção está a ideia fundante de que a construção ocorre na relação dialógica entre os sujeitos participantes.

Apreendemos o campo, as comunidades e as escolas como espaços e territórios complexos que carregam e expressam as contradições da sociedade moderna, ao mesmo tempo em que recebem e sofrem as influências das culturas dominantes, dos poderes do Estado, das políticas econômicas. Os/as camponeses/as por meio de suas ações, resistem e provocam as organizações macro-estruturais, gerando mecanismos de influência sobre as concepções e as práticas institucionais do Estado, das universidades e das políticas dos municípios e das unidades federativas. Da mesma forma os movimentos sociais camponeses provocam as organizações sociais, os espaços micro e meso-estruturais para evidenciar as complexidades organizacionais das sociedades camponesas.

Neste primeiro Caderno Pedagógico apresentamos textos que tratam do Estado moderno, a sua configuração e o que este representa na nossa vida. Não imaginamos o Estado como uma abstração, mas como uma construção concreta feita a partir dos interesses dos grupos e das classes sociais. Ele é, portanto, a expressão das concepções e das opções daqueles que se dedicam a aplicar seu poder no Estado e a partir deste, sobre os demais grupos sociais. Necessitamos uma compreensão ampliada e aprofundada sobre a política e a participação política. Como o Estado é uma construção na qual se mesclam os conflitos sociais e a construção de consensos, trazemos, para a reflexão, o sentido das políticas públicas para que possamos nos apoderar dos meios e dos processos e, assim, propor ações e programas que atendam aos grupos sociais do campo e às demandas da classe trabalhadora.

Apresentamos referenciais teóricos sobre os movimentos sociais do campo, para compreender melhor a complexidade das ações na sociedade contemporânea. O fundamento epistemológico e político que norteia esta abordagem reconhece que os movimentos sociais do campo e as suas

---

<sup>1</sup> O Caderno Pedagógico I que apresentamos resulta de um projeto de extensão com interface na extensão aprovado pela UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso no Edital n. 004/2010 da FAPEMAT – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso e institucionalizado pelo processo n. 323991/2010. No projeto temos a parceria do CEFAPRO – Centro de Formação e de Atualização de Professores de Cáceres e SME – Secretaria Municipal de Educação de Cáceres. O projeto é desenvolvido em três escolas-comunidades, sujeitos coletivos que assumem e co-realizam o projeto: Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes no município de Mirassol do Oeste, Escola Municipal Paulo Freire no Assentamento Nova Conquista e Assentamento/Escola Municipal Antônio Conselheiro, estes dois no município de Cáceres.

proposições ocorrem a partir de contextos concretos. Por isso, incluímos os textos sobre o que é o campo, o território camponês, a economia e a cultura camponesa.

Estas questões estão vinculadas a uma perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento do campo, a partir dos sujeitos sociais do campo. Razão porque refletimos sobre a educação e a formação camponesa. Estas não estão dissociadas de um projeto político, econômico e ecológico. Desta forma este caderno pedagógico traz textos sobre a socioeconomia solidária, sobre as redes de colaboração solidária, a organização de empreendimentos econômicos solidários, sobre a ecologia e a agroecologia.

Ao concebermos o campo como uma totalidade, somos desafiados a desenvolver um pensamento social que ao mesmo tempo compreenda e apreenda esta totalidade do campo e produza ações e políticas públicas que englobam simultaneamente todas as dimensões constituintes da realidade do campo. O desafio é superar o pensamento modernizador do campo e aproximar/articular a organização da economia, da cultura e da ecologia camponesa, enfim, das sociedades camponesas, daquelas experiências que ainda resistem e persistem nos tempos e espaços atuais.

Então o nosso Caderno Pedagógico I é, ao mesmo tempo, um meio didático para a formação dos sujeitos do campo, mas também um instrumento de diálogo no interior da universidade para a construção de conhecimentos científicos e tecnológicos adequados e para a promoção de políticas públicas articuladas às realidades concretas do campo.

# CONCEPÇÕES DE ESTADO

*Helôisa Salles Gentil*

Por que precisamos pensar sobre o Estado? A princípio, com base no pensamento do senso comum, o Estado aparece como um ente muito poderoso que se coloca acima da vida das pessoas e que muitas vezes decide por elas e impõe maneiras de se viver em sociedade. É preciso superar essa ideia a fim de que uma compreensão mais clara de o que é e como funciona o Estado propicie uma relação diferente com ele, que não seja de subordinação, mas de participação.

Muitos foram os pensadores que se dedicaram a entender essa instituição social. Entre os mais conhecidos podemos citar: Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Hegel, Marx, Engels e Gramsci. Cada um deles, a sua maneira e dado o contexto histórico em que se encontrava, elaborou uma explicação para a existência e o funcionamento do Estado, considerando inclusive os estudos feitos anteriormente.

A ideia básica é de que o Estado seria fruto de um “contrato social”. Isto é, um acordo entre os membros de uma sociedade no qual as pessoas, individualmente, abririam mão de sua possibilidade de resolver tudo por conta própria, em função de seus interesses particulares (situação de liberdade, segundo alguns autores) e cederiam parte de seu poder de decisão ao grupo que assumisse o controle, o governo dessa sociedade, em função do bem comum.

Marx e Engels demonstraram, por meio de seus estudos, que, no sistema capitalista de produção, o Estado acaba sendo um instrumento de classe, quer dizer, o estado não representa o bem comum, mas sim, os interesses da classe capitalista. Desse modo, a luta de classes é encarada também como uma luta contra o Estado, sendo necessário, à classe operária, enfrentá-lo diretamente e o extinguir para atingir os objetivos da classe trabalhadora e por isso de outra sociedade possível, a sociedade socialista.

Gramsci apresenta o conceito de “Estado ampliado”. O estado não seria simplesmente o grupo que se encontra no governo e que impõe, pela força, sua forma de governar e seus interesses, mas seria constituído pela somatória de sociedade política mais sociedade civil. Estado seria ao mesmo tempo força e consenso; está a serviço da classe dominante, mas para se manter não seria possível usar apenas a força e a coerção legal, precisaria conquistar certo consenso, precisa convencer. A dominação se faz também de forma mais sutil, por meio dos aparelhos ideológicos de Estado, por exemplo.

Em se tratando de conceitos de Gramsci, dizemos então que a sociedade política é o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, identifica-se com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias executiva, policial e militar (VIOLIN, 2006). E a sociedade civil é o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias e compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, etc.

Nas sociedades em que há certo equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil, onde a sociedade civil tem organização suficiente para não ser simplesmente subordinada à sociedade política, a luta de classes se trava visando a conquista do Estado, a direção político-ideológica, o

consenso, a hegemonia. É o que Gramsci chama de “guerra de posição”, uma conquista progressiva ou processual de espaços no seio e por meio da sociedade civil.

Nessa guerra de posição, a classe dominada busca acesso ao poder de Estado na função de classe dirigente como estratégia de transição para chegar ao socialismo, afirma Carlos Nelson Coutinho, um dos estudiosos das obras de Gramsci. Complementamos essa ideia com a afirmação de Rêgo (2006) de que a guerra de posição “será efetivada pela sociedade civil realmente organizada, pelos movimentos sociais, pelas organizações não-governamentais confundir com terceiro setor<sup>2</sup>).

Nessa perspectiva, podemos entender que o Estado não é nada “sobrenatural” ou tão super poderoso como muitas vezes se pensa e que a mudança nos rumos da sociedade pode ser feita por meio da participação. Também nesse sentido, é necessário ir além do senso comum e entender a participação política como mais do que o direito e o dever do voto.

Os Movimentos Sociais são parte integrante da sociedade civil, trabalham para conquistar a hegemonia, apresentando um projeto de sociedade, atuando em espaço de disputa, de manifestações ideológicas e culturais. Nesse sentido, aos movimentos, conforme afirma Semeraro (1999), não basta a crítica, é necessário apresentar uma proposta mais abrangente de sociedade, é preciso desconstruir o projeto hegemônico dominante, apresentar uma interpretação mais convincente, o que poderia ser denominado de uma proposta de contra-hegemonia.

As políticas públicas também são um espaço de atuação dessa luta de posição. Elas costumam ser planejadas e executadas como proposição de um governo ou em reação a demandas de grupos organizados, de movimentos da sociedade civil. Na maioria das vezes, as políticas acabam se constituindo em uma mediação de interesses divergentes, retratando as tensões das quais são fruto. Os vários grupos que constituem a sociedade, desde que em regime democrático, apresentam suas demandas e propostas e, quanto mais organizados, mais terão chances de “ter voz”, de se fazer ouvir. (GENTIL, 2009).

Se o Estado, na perspectiva de Estado Ampliado expressa por Gramsci, é a somatória de sociedade política mais sociedade civil, as organizações civis, especialmente os movimentos sociais que representam a luta de classes, podem e devem ter peso nas decisões de Estado, ocupando e/ou controlando cada vez mais os aparelhos de Estado responsáveis pela construção da hegemonia. Daí a grande importância, para a luta de classes, de se participar da formulação de políticas, de ocupar espaços como escolas, sindicatos, partidos e ter acesso aos meios de comunicação de massa: construir um novo consenso em busca da contra-hegemonia.

### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1) Em que situações percebemos a presença do Estado em nossas vidas?
- 2) Que situações exemplificam a força da sociedade civil nas decisões do que comumente chamamos de Estado (sociedade política para Gramsci)?

### **Bibliografia**

GENTIL, Heloisa Salles. Democratização da Educação, Universidade e Movimentos Sociais. **Revista de Educação Pública** - v. 19, n. 40 (maio/ago. 2010) Cuiabá: EdUFMT, 2010, p. 269-285.

REGO, João. Reflexões sobre a teoria ampliada do Estado em Gramsci. **Caderno Cultural do Jornal do Commercio**, 5 de abril de 1991. Recife, Pernambuco, Brasil. Disponível em: <http://>

---

<sup>2</sup> Terceiro setor é a denominação que se dá ao conjunto de organizações civis, isto é, não governamentais, que têm assumido ações que deveriam ser de responsabilidade pública, na maioria das vezes contando com repasses financeiros do setor público para o privado.



[www.fundaj.gov.br/docs/inpso/cpoli/JRego/TextosCPolitica/Artigos/Gramsci/gramsci.htm](http://www.fundaj.gov.br/docs/inpso/cpoli/JRego/TextosCPolitica/Artigos/Gramsci/gramsci.htm). Acesso em 15 fev 2011.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil: cultura, educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. Acesso em 16 fev 2011.

ZUZA, Érika, ROCHA Luzigrácia, PEREIRA, Karla e ALMEIDA, Janaína. **Gramsci**. Disponível em: <http://jornalista.tripod.com/teoriapolitica/4.htm>. Acesso em 16 fev 2011.

# PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

João Ivo Puhl

Este texto nasceu do desafio de pensar a participação política dos cidadãos que vivem no campo matogrossense, tentando transformar a sociedade capitalista e a realidade camponesa por meio de políticas públicas e com uma dinâmica de deliberações democráticas. Buscar a participação política cidadã nesta sociedade significará a luta pela transformação da cultura política das práticas do autoritarismo em democracia, do paternalismo em cidadania e do patrimonialismo em república, como reconhecimento da coisa pública e porque não dizer do capitalismo ao socialismo, priorizando os seres humanos, o social sobre o capital. Apresentamos alguns conceitos para ajudar a repensar nossas práticas no meio social camponês e urbano:

## 1. Que é Política?

As ideias que seguem, em sua maioria, foram inspiradas num pequeno livro de Dalmo Dallari publicado na Coleção Primeiros Passos, em 1983, fim da ditadura militar e início da redemocratização do país, sob o título: O que é participação política? Ele afirma que: “Os gregos davam o nome de pólis à cidade, isto é, o lugar onde as pessoas vivem juntas”. Aristóteles dizia que “o homem é um animal político”, porque a própria natureza dos seres humanos é que exige que ninguém viva sozinho. Por isso **a política tratava da vida na pólis (cidade). A política organizava a vida em comunidade, tratava das regras a seguir, dos objetivos da coletividade e das decisões em conjunto sobre os diversos assuntos da pólis.**

Este significado mudou ao longo da história. Hoje dizemos que “**política é a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos dirigindo-as a um fim comum**”. Dallari conclui, política é: **1º** toda organização social que procura atender à necessidade de convivência dos seres humanos e; **2º** toda ação humana que produz algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade. Neste sentido, todos fazemos política, pois convivemos com outros seres humanos e tomamos decisões ou aceitamos decisões e regras para a vida em comum.

## 2. Que é participação Política?

Os problemas políticos afetam a todos os membros da sociedade. O simples fato de viver em sociedade exige a tomada de decisões. Participar é tomar parte, decidir, sugerir, opinar, criticar, propor, votar, fazer, assumir cargos, fiscalizar, coordenar, executar, avaliar. **Participa-ação** é tomar parte em ação conjunta, é decidir e fazer com outros. Tomar parte em decisões coletivas sobre a vida em comum é participação política. A participação é indispensável ao bom funcionamento da democracia. É um direito fundamental de todos os que convivem e é um dever para consigo mesmo e a coletividade. Todo ser humano tem que desejar a participação, pois não é justo que só alguns decidam por todos.

## 3. Que é democracia?

A democracia é o sistema de organização em que as decisões sobre as questões de interesses e problemas coletivos são tomados por todos ou pela maioria dos membros. Ela é **democracia direta**, quando se reúnem todos os membros e decidem os interesses comuns pelo voto universal. Será **democracia indireta ou representativa**, quando forem eleitos representantes que decidem em nome

dos eleitores representados. A luta organizada da classe trabalhadora conquistou o direito ao voto, até se tornar universal e forjou novos espaços públicos, fortalecendo e organizando a sociedade civil. Abriu uma nova dimensão entre a democracia direta e a representativa: a **democracia mista**. Combina o exercício permanente de decisão direta da cidadania nos espaços de negociação e formulação de políticas públicas e a forma representativa mantém sua importância, com novos significados. Os avanços e a manutenção destes espaços participativos exigem os cidadãos sempre mobilizados e organizados.

#### 4. O que é Cidadania?

A cidadania é o reconhecimento e instituição de direitos aos sujeitos (cidadãos), com a garantia efetiva do exercício. A cidadania não é uma concessão do Estado, mas é o resultado de lutas sociopolíticas. Ela é uma conquista histórica que só se garante exercendo-a, ou seja, usufruindo os direitos. Ela é uma correlação de forças tensa, pois o Estado e o mercado tendem a suprimir direitos e os cidadãos lutam para mantê-los ou ampliá-los. A cidadania se exerce na participação política.

O conceito de cidadão mudou ao longo do tempo. Hoje, quando falamos em cidadãos brasileiros, pensamos em toda a população nascida ou nacionalizada no país. A cidadania evoluiu devido às lutas político-sociais: primeiro vieram os direitos civis e políticos; depois os direitos sociais (trabalhistas, saúde, educação, etc.); em seguida os direitos humanos universais e uma nova geração de direitos está nascendo: étnicos, raciais, de gênero, de faixa etária, ambientais, territoriais, etc.

#### 5. Como desenvolver a participação política cidadã?

Reconhece-se que os processos eleitorais são momentos importantes para a educação política dos cidadãos e devem ser complementados com outros tipos de formação, que são, segundo Dallari (1985):

**1º A auto-conscientização:** Participar é um compromisso de vida, a busca constante dos melhores caminhos, aproveitando todas as oportunidades para conscientizar outros, observar a realidade, definir valores e objetivos, escolhendo como e onde atuar. Cada pessoa pode participar: falando, escrevendo, discutindo, denunciando, cobrando, encorajando os tímidos e indecisos, onde haja pessoas reunidas;

**2º Ações coletivas:** integrar uma associação ou pequenos grupos sociais unidos e organizados que lutam, obtêm resultados que, no início, pareciam impossíveis. Trabalhando juntos e lutando organizados, muitas coisas se aprendem, pois quanto maior e mais organizado o grupo, maior influência política terá. A participação política mais eficiente é aquela organizada, que tem objetivos claros e tira o máximo proveito dos recursos disponíveis em cada circunstância, assegurando a continuidade das ações. O ideal é que cada cidadão tenha participação permanente em ações coletivas.

**3º Atuação na política partidária:** fazendo campanha, votando, ou sendo candidato; filiado a algum partido, divulgando propostas e programas do partido; desenvolvendo a formação, organização e mobilização política; exercendo função pública como representante eleito para o poder executivo ou legislativo; participando de reuniões de movimentos sociais e políticos e de associações...

**4º Exercer crítica e autocrítica:** criticar é passar pelo crivo da análise, distinguindo as coisas entre si, separando o que é diferente, conhecendo e examinando com cuidado e objetividade. A crítica tornará a participação política mais racional, menos demagógica e mais coerente com os objetivos políticos pretendidos pela coletividade, pois é atividade avaliativa. A atitude crítica condenará uma participação puramente formal, só para constar ou avalizar as propostas de quem está no comando e estimulará a participação real, efetiva do cidadão que influi nas decisões fundamentais.

**5º Ampliar os espaços públicos:** o cidadão sempre busca ampliar a possibilidade da democracia na sociedade e no estado, buscando criar novos espaços de deliberação e decisão públicos, enfrentando os conflitos e explicitando as divergências, decidindo com a maioria. Exemplifiquemos com algumas sugestões possíveis:

a) Participar de iniciativas populares na elaboração ou divulgação de projetos de leis como o da Ficha Limpa;

b) Ocupar de forma ativa, organizada, criativa os espaços públicos já institucionalizados, articulando os representantes da sociedade civil e fazendo a efetiva socialização e discussão com os representados;

c) Exigir audiências públicas e participar intensa e propositivamente do ciclo dos orçamentos públicos;

d) Criar fóruns de estudos e debates de políticas públicas setoriais e do plano diretor das cidades;

### **Concluindo**

Conscientizar e organizar são as tarefas políticas mais importantes para promover as mudanças e a democratização da sociedade e do estado brasileiro nos seus diversos níveis. Conscientizar uma pessoa é ajudá-la a sair da alienação para que comece a pensar e agir por sua própria razão, percebendo as exigências e os compromissos da natureza humana. A organização consiste no trabalho de colaborar com ideias e meios materiais para que grupos humanos conjuguem seus esforços e se reúnam para realizar objetivos comuns por meio de ações conjuntas. Sempre haverá situações de grupos humanos e sociais que necessitarão de sugestões, estímulos e apoio para sua auto-organização.

### **Questões para Estudo e Debate:**

a) Quais são os problemas concretos de nosso grupo ou comunidade que necessitariam ser enfrentados com a ação política organizada e conjunta?

b) Como nós nos comportamos diante dos problemas e das organizações de nossa comunidade, categoria ou município?

c) Que podemos fazer e o que vamos fazer para ampliar a nossa atuação cidadã?

### **Bibliografia**

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação.** São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1997.

LEROY, Jean Pierre e EDNIR, Madza. **Um Outro Brasil é possível.** Construindo um Brasil Democrático e Sustentável. Rio de Janeiro: FASE/CECIP, 2003.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

# POLÍTICAS PÚBLICAS

Laudemir Luiz Zart

Compreendemos a constituição, a implantação e a avaliação de políticas públicas como um processo de interlocução, complementar e/ou conflituosa, de três atores fundamentais que apresentam interesses e disputam projetos, posições e recursos nos espaços das políticas (*politics*)<sup>3</sup>. O Estado é um desses atores. É o ator privilegiado porque detém o controle sobre as técnicas administrativas, processuais, financeiras e sobre o uso legítimo da força coercitiva e física. O segundo ator que colocamos é o do mercado, que engloba a organização e a atuação da força política do setor empresarial capitalista. O terceiro ator provém das forças políticas formadas pelas organizações, entidades e movimentos sociais populares, da classe trabalhadora. Para a compreensão correta é necessário que tenhamos em vista que nenhum destes blocos de atores é homogêneo e fechado. Na realidade da política cotidiana, os diferentes atores estabelecem táticas políticas para a defesa estratégica dos seus interesses. Portanto, na construção das políticas (*policy*)<sup>4</sup> há uma correlação de vários atores, estratégias e forças que atuam para a legitimação das suas proposições. A maior ou menor legitimidade, isto é, da possibilidade de convencimento dos outros atores, depende de maior ou menor organização e argumentação dos atores participantes nas relações de força política.

Podemos já delimitar que as políticas públicas (*public policy*) não são resultantes exclusivas das ações dos técnicos dos governos. As proposições exclusivas de governos são denominadas de políticas governamentais. As políticas públicas são um campo de ação que envolve a negociação de diversos atores que procuram a resolução de problemas públicos, a partir da sua base filosófica e dos seus interesses. Assim podemos apresentar o seguinte conceito: “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas políticas” (SECCHI, 2010, p. 1).

Secchi acrescenta mais a esta definição, que está na p. 2 da mesma obra: “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Aqui fica uma questão: o que é um problema público? Mais: “uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém”. É interessante destacar que, tanto a presença ativa (nós temos propostas e ajudamos a realizar), quanto a passiva (deixar que outros façam e nós ficamos fora), integram o campo das políticas públicas, são duas atitudes distintas de legitimação. Secchi complementa a definição: “uma política pública possui dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público”. Isto é, a intenção resulta da participação ativa dos atores e definem: nós queremos resolver tal problema. A segunda parte da orientação nos ensina que há uma decisão de resolução: nós vamos realizar, que não é uma atitude de espera passiva, mas de uma inserção ativa e propositiva.

Mas o que é um problema público? Primeiro o autor reconhece que as políticas públicas existem devido aos problemas públicos. “Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor” (Id. Ib. p. 7). O problema se torna público quando envolve uma quantidade notável de pessoas, que tem uma organização qualitativa, bem articulada para publicizar o problema, colocá-lo na agenda dos fazedores de políticas (*polycymakers*), gerar normas, procedimentos nos espaços estruturados e estruturais do Estado,

<sup>3</sup> Secchi (2010) segue Norberto Bobbio e define a *politics* “é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (p. 1).

<sup>4</sup> “Esta dimensão da política é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e a ação” (SECCHI, 2010, p. 1).

institucionalizando os problemas, as proposições e as metodologias de participação para gerar respostas adequadas. Portanto, “o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (Id. Ib. p. 7). Desta forma questionamos: quando é que um problema da escola do campo se torna um problema público para a política pública da educação do campo? Como transformar um problema da reforma agrária ligada à produção, comercialização, infra-estrutura do campo para que se torne uma questão de política pública?

Secchi (Op. Cit.) ainda acrescenta que as políticas públicas envolvem tanto as “diretrizes estruturantes (de nível estratégico), como as diretrizes de nível intermediário e operacionais” (p. 5). O nível estratégico seriam as grandes orientações, os princípios que fundamentam as práticas sociais. Desta forma: quais são diretrizes estratégicas da educação do campo, da socioeconomia solidária, da agroecologia, da reforma agrária? Quem define estas diretrizes? Quais são as diretrizes operacionais (leis, resoluções, órgãos de gestão) para a consecução das políticas públicas ligadas às lutas sociais das organizações políticas populares? Quem são os atores sociais que integram as organizações populares? Quais são e como as diretrizes operacionais são implantadas nos espaços públicos em relação à Nação, ao Estado de Mato Grosso e aos Municípios? Como os movimentos sociais e as organizações populares influenciam as políticas públicas? Elas são ativas ou passivas no processo de constituição das políticas públicas?

Para destacar mais alguns pontos sobre a teoria da análise de políticas públicas, apresentamos duas interpretações que nos parecem importantes para os limites deste texto. O primeiro diz da tipologia de políticas que Secchi apresenta a partir da leitura de Theodore J. Lowi, denominadas de políticas regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas. O segundo conjunto de fenômenos está ligado ao ciclo de constituição das políticas públicas.

Quanto às tipologias, apresentamos resumidamente os significados que estão em Secchi (p. 17-18). As políticas regulatórias são aquelas que “estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (p.17). Os padrões de comportamento são tornados públicos através de leis, códigos, regras que afirmam ou proíbem determinadas atitudes. Reconhece Secchi que elas têm a possibilidade de serem aprovadas ou não em conformidade com a “proporcionalidade de forças dos atores e dos interesses presentes na sociedade” (p. 17).

As políticas distributivas “geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuinte” (p.17). São manifestadas pelas ações públicas que outorgam subsídios, gratuidade de taxas, incentivos ou renúncias fiscais. A conclusão do autor é que esta é uma arena que causa menos conflitos objetivos porque “quem paga o ‘preço’ é a coletividade”. A conta difusa é menos percebida nos bolsos dos contribuintes, mas é, no nosso entender, um processo de desapropriação de recursos da coletividade e de acumulação de capital em empresas capitalistas, promovido pelo Estado.

A terceira tipologia são as políticas redistributivas. Estas “concedem benefícios a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores” (p. 18). Esta política gera conflitos e põe em oposição atores que demanda, por um lado, que se efetive a ação e, por outro, os atores que se opõem à execução das políticas. Ações de políticas redistributivas estão ligadas à reforma agrária, cotas raciais nas universidades, políticas de programas sociais para os/as trabalhadores/as. Referindo-se a Lowi, Secchi afirma que estas políticas “não recebem este rótulo pelo resultado redistributivo efetivo (renda, propriedade, etc.), mas sim pela expectativa de contraposição de interesses claramente antagônicos” (p. 18).

As políticas constitutivas são a quarta tipologia, “são aquelas políticas que definem as competências, as jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas” (p.18). São chamadas de ‘*meta-polícies*’ porque estão além das três anteriores e são espaços de disputas políticas para a geração de novas possibilidades em termos de “distribuição de competências entre

poderes e esferas, regras de relações intergovernamentais, regras da participação da sociedade civil em decisões políticas”. Por isso estas políticas “provocam conflitos entre os entes e os atores diretamente interessados [...] pois têm a capacidade de alterar o equilíbrio do poder existente” (p. 18).

Apresentamos ainda o processo de elaboração de políticas públicas. Secchi afirma que o processo é apresentado em forma de ciclo e “é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (p. 33).

Sinteticamente visualizamos as fases: a) *Identificação do problema*: que tem relação com a percepção, a definição ou delimitação do problema e ainda a avaliação da possibilidade de resolução (p. 35). b) *Formação de agenda*, isto é, “um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (p. 36). c) *Formulação de alternativas*, “esforços de construção e combinação de soluções para os problemas” (p. 37). d) *Tomada de decisões*, “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitados” (p. 40). e) *Implementação*, “é nesse arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública. A fase da implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações” (p.44). f) *Avaliação*, “é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (p. 49). g) *Extinção*, ocorre quando “o problema que originou a política é percebido como resolvido; os programas, as leis ou as ações que ativaram a política pública são percebidos como ineficazes; o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu da agendas políticas formais” (p. 53).

#### **Questões para Estudo e Debate:**

1 - Como participamos dos processos de elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas?

2 - A quais problemas e demandas as políticas públicas atendem? Quais grupos de interesses e pressão e quais agendas são priorizados?

3 - Porque a agenda de determinados grupos sociais são priorizados?

#### **Bibliografia**

HAM, Christopher e HILL, Michael. **O Processo de Elaboração de Políticas no Estado Capitalismo Moderno**. Trad. Renato Dagnino. Título do Original: *The Policy in The Modern Capitalist State*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

# MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

*Heloisa Salles Gentil*

Para compreender os movimentos sociais do campo no Brasil é necessário observar as características do contexto em que se dão as relações sociais no campo. Não são relações atemporais, ao contrário, são relações históricas e que se desenvolvem na contingência de diversos outros aspectos, pois é impossível pensar sociedade sem pensar economia, política, história, cultura...

De forma resumida, podemos afirmar que, no Brasil, as relações sociais no campo estão em um contexto marcado por:

- Sistema capitalista (propriedade privada da terra e dos meios de produção);
- Predominância de latifúndios e monocultura;
- Expulsão e expropriação dos trabalhadores do campo ao longo da história;
- Processo de globalização econômica e neoliberalismo atual.

Mas também fazem parte deste contexto os processos de:

- Resistência e a agricultura familiar;
- Organização de Movimentos Sociais (MsSs) do campo.

Ou seja, não são processos homogêneos e sem contradições; mesmo com o desenvolvimento e a força do sistema capitalista, atualmente em sua perspectiva neoliberal, e suas ações no setor agrícola, há resistência e convivência com outras formas de produção e outras formas de relações.

As relações entre os sujeitos são determinadas pelo tipo de economia, pelas formas da produção, como já afirmava Marx; portanto, no sistema capitalista são relações de exploração, de dominação mas, ao mesmo tempo, são relações de conflito, posto que as contradições inerentes aos lugares ocupados por esses sujeitos no modo de produção os levam a assumir posições distintas, complementares e, simultaneamente, antagônicas. Explicando melhor: capitalistas e operários se diferem, pois os primeiros possuem os meios de produção e os outros apenas sua força de trabalho (posições distintas); nesse sistema, precisam uns dos outros para manter a produção (complementares); porém isso não torna iguais os seus interesses, ao contrário, coloca-os em posição de luta um contra o outro (antagonismo). É preciso estar atento às contradições, pois elas nos dão os sinais das mudanças em andamento. Como parte das contradições presentes no sistema capitalista em nossos dias, podemos identificar relações econômicas de outro teor já em desenvolvimento, caracterizadas por solidariedade e cooperação: aquelas dos movimentos de socioeconomia solidária.

Estudiosos da sociologia têm apontado diferenças entre as lutas que se travavam nas sociedades no período da modernidade (séculos XVIII, XIX e início do XX) e aquelas que vemos na contemporaneidade. Segundo eles, nas sociedades modernas os conflitos giravam mais acentuadamente em torno de questões econômicas e políticas, os movimentos organizados se apresentavam como lutas de classe. Nos dias atuais (meados do sec. XX e XXI) essas lutas e, portanto, os movimentos sociais, têm surgido em torno de outros objetivos, mais vinculados a questões



cotidianas e culturais, definidos em torno de delimitação de territórios e identidades, o que não significa, a nosso ver, o fim da luta de classes, mas outras formas de manifestação.

Apresentamos a seguir a definição resumida de Movimentos Sociais segundo alguns autores, estudiosos do tema:

- Para Alain Touraine - são condutas coletivas de historicidade, ação conflitante de **agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica**. Luta contra um adversário e pelo controle da mudança, pelo controle do desenvolvimento social.

- Para Manuel Castells - são **ações coletivas** com um determinado propósito, cujo resultado, tanto em caso de sucesso como em caso de fracasso, **transforma os valores e instituições da sociedade**. Podem gerar três tipos de identidades coletivas: legitimadoras, de resistência ou de projeto.

- Para Alberto Melucci - é uma **ação coletiva** cuja orientação **comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura** dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere.

- Para Maria da Glória Gohn - são **processos políticos sociais**, criam um campo de forças sociais na sociedade civil, implicam compartilhamento de valores, estão ligados a laços de solidariedade, **geram identidades coletivas**.

Em todas as tentativas de definição o que podemos ver é que os movimentos sociais são ações coletivas que geram mudanças. Para analisar e compreender os movimentos sociais do campo precisamos então caracterizar o contexto do campo no Brasil e suas relações sociais; verificar o papel do Estado nessas relações; identificar quais as bandeiras dos MsSs, suas ações, os conflitos que enfrentam, os valores que defendem e, especialmente, as mudanças que vêm provocando.

### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1- Como são as relações entre os sujeitos do campo no espaço/tempo em que vivemos?
- 2- Como as pessoas se colocam diante dessas relações? Há um certo conformismo ou ações de resistência?
- 3- É possível afirmar que há movimentos sociais no campo onde você vive? Como eles se manifestam?

### **Bibliografia**

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação** - Economia, Sociedade e Cultura, vol. 2: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola,

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TOURAINÉ, Alain. **Os Movimentos Sociais**. In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade (leituras de introdução à sociologia). 18 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1997.

# O QUE É O CAMPO

Laudemir Luiz Zart

Para a exposição sobre o significado do campo, vamos absorver os sentidos expressos pelos/as camponeses/as em trabalho de campo realizado em cinco regiões/comunidades, em forma de oficinas que tiveram como objetivo discutir o que é o campo, a educação que temos e a educação do campo que queremos<sup>5</sup>. A metodologia partiu de perguntas abertas, organizadas em grupos e debatidas em plenária com a sistematização final das respostas. A partir das expressões (falas, escritos) dos/as camponeses/as sistematizamos em categorias analíticas para interpretar os sentidos de campo para os próprios sujeitos que vivem do e no campo.

O campo é interpretado pelos sujeitos como um espaço que é constituído por múltiplas configurações sociais: como espaço de vida, da diversidade cultural, da educação, da política, da economia, da ecologia, das contradições e da ausência do Estado.

Enquanto **espaço da vida** é afirmado o lugar da moradia, de onde se tira as condições de (sobre) vivência. Há uma identificação com relação à construção de proximidades com a terra, com a casa, no sentido da (*oikos*), isto é, do cuidado que se deve ter com a morada, o lugar do aconchego da família e da comunidade. Portanto é o “*espaço utilizado para a vida de quem nele vive, que vive da agricultura familiar*”.

O viver no campo é completado e é correlacionado às diversas atividades: econômicas, sociais, culturais e políticas. Têm-se uma perspectiva de desenvolvimento, isto é, de abrir possibilidades e das potencialidades existentes nos espaços do campo, tendo como horizonte a permanência e o bem viver no campo. Portanto a contraposição das comunidades camponesas às tendências do modelo econômico dominante, do capitalismo do agronegócio, de expulsar o homem e a mulher do campo.

Um dos desafios é de fato fazer o campo o “*local de viver respeitando e preservando o meio ambiente para garantir a sustentabilidade*”. O meio ambiente como a interação homem-natureza percebido de forma sistêmica (integrada e interdependente), onde se pode cultivar a terra e conservar as condições naturais: rios, solos, matas. Complementar a esta ideia está a proposição de uma leitura crítica em relação à teoria ecológica da sustentabilidade, que mostra os processos socioculturais de um modelo econômico predador, isto é, as atitudes do ser humano são destruidoras do ambiente biofísico: os rios estão assoreados, as matas ciliares destruídas, os solos enfraquecidos e compactados. A questão que permanece é: como reverter as situações de destruição ambiental? Como recuperar o equilíbrio ambiental, manter e legar a natureza para as próximas gerações?

Mas o campo é percebido como o “*lugar onde as pessoas ainda têm a tranquilidade para criar os seus filhos*”. A expressão ‘ainda’ é uma comparação e uma contraposição aos espaços de violência e de insegurança que a imagem da cidade passa. Mas ao mesmo tempo, carrega uma esfera coletiva de preocupação com a possibilidade do ‘lugar da tranquilidade’ ser invadido pelos usos e costumes

<sup>5</sup> As oficinas foram realizadas nas comunidades de: Vila Aparecida no dia 14/10, Distrito de Nova Cáceres no dia 20/10, no Distrito do Caramujo no dia 21/10, Clarinópolis no dia 03/11 e no Assentamento Antônio Conselheiro no dia 09/11/2010.

que quebram com as relações sociais tranqüilas: as bebidas, as drogas, a prostituição, os roubos, a violência. O ‘ainda’ demonstra, neste caso, já uma presença e, por isso, a indicação do cuidado com o lugar, com a *oikos* (a casa da morada, a comunidade).

A segunda configuração social destacada é o campo como **espaço da diversidade cultural**: é o espaço dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos assentados, dos migrados. Daqueles que “*mantêm a tradição cultural, da convivência entre as comunidades*”. O reconhecimento da diversidade cultural do campo contrapõe-se às tendências de homogeneização (de tornar uma cultura só), e impõe o desafio de conhecer e revelar todas as culturas, os costumes, os gostos, as linguagens.

O campo formado por comunidades diversas apresenta formas distintas de relação sociedade-natureza, da percepção de conservação da diversidade ambiental, da organização da produção e do consumo, da ocupação da terra, da concepção de educação, do sentido de presente e de futuro. A diversidade é também conflitante, põe em confronto visões de mundo e de práticas sociais. Mas a diversidade nas comunidades camponesas não deve ser antagônica (que gera o conflito mortal, da expulsão, da exclusão social). A diversidade deve ser dialógica, isto é, promover o encontro entre os diversos grupos através dos quais se aprende com o outro. A diversidade do campo como espaço de encontro, pois “*campo são pessoas, o espaço e a maneira de se relacionar*”.

O campo como **espaço da educação**: “*da necessidade da educação do homem e da mulher do campo, para mantê-lo no campo, com uma vida socialmente viável*”. Não a educação que aliena que leva ao campo a visão de mundo da cidade e que promove a saída do homem e da mulher, principalmente dos jovens do campo. Mas a educação do campo, que afirma a cultura, a simbologia, a linguagem do campo, e traduz a cultura camponesa num projeto de desenvolvimento integral do campo, que associa a educação do campo à ecologia e à economia camponesa.

A configuração social do campo como **espaço político** indica a “*necessidade da organização dos/as camponeses/as: em associações, em cooperativas*”. Portanto, um lugar de interação onde as pessoas se organizam (ou devem se organizar) para melhorar as suas condições de vida. A política compreendida como a “*arte de bem governar [bem cuidar] os espaços públicos*”. A política como arte está ligada à capacidade do exercício da cidadania, da participação, da responsabilidade pessoal e coletiva, tanto das organizações públicas como as escolas, bem como as organizações econômicas, políticas e culturais dos/as camponeses/as.

A política (*politics*), entendida como organização da comunidade, é um movimentar, “*da paixão pelo campo que deve mover cada um de nós, para exigir dos governantes*”. Esta ideia é a da representação, da responsabilização do Estado [do governante] para a efetivação de ações e de projetos que correspondam com as necessidades e as demandas do campo. Complementar às atitudes políticas que são exigentes em relação aos governantes está a concepção do campo como “*espaço de lutas pela sobrevivência e descobertas*”, isto é, expressa a necessidade de autoorganização, da luta social pela legitimidade, pelo debate e para a conquista das políticas (*policies*) que correspondam às construções coletivas e participativas. A política como uma ação pedagógica, pela qual se aprende o que é a sociedade, como ela é e como ela pode ser.

O campo como **espaço da economia** é a quinta configuração social que diz do lugar “*onde a gente planta e colhe para a sociedade*”. É a ideia fundante do princípio da economia camponesa que tem a produção de alimentos para o autossustento camponês e para o consumo na cidade como a principal razão de organização. Mas é a partir desta perspectiva que é manifestada a necessidade de “*maiores incentivos e apoios para a organização e o escoamento da produção*”. É a condição de não apoio das políticas públicas efetivas para a agricultura familiar camponesa que é contestado e ao mesmo tempo são indicados caminhos para a mobilização de ações viabilizadoras da economia camponesa. Entre os caminhos apontados está o enfrentamento das estruturas sociais que possibilitam

*“a má distribuição da riqueza: do que é produzido”*. Alcança esta proposição a possibilidade de avançar na construção de uma sociedade solidária.

Além da indicação de caminhos alternativos, há as constatações de situações que necessitam ser combatidas. O campo, neste caso, é compreendido como **espaço do desequilíbrio ecológico**. E como características do desequilíbrio ecológico estão indicadas: o *“desmatamento e queimadas que destroem a alimentação silvestre”*, o *“manejo inadequado dos solos e do solo pobre, herança dos antigos fazendeiros”* [no caso das áreas de reforma agrária,], os *“animais que comem a produção: papagaio, capivara, macaco”* e da *“falta de água”*. Estes apontamentos são manifestações de uma coletividade desorganizada e desgovernada em relação a um projeto ecológico e econômico mais amplo, mas que ao mesmo tempo faz a leitura das condições existentes, dos limites do crescimento insustentável em termos ambientais.

A sétima configuração social construída é a concepção do campo como **espaço das contradições**. As contradições aparecem como características de projetos políticos e econômicos destinados ao campo. O primeiro, próprio do domínio da modernização do campo, que é da classe social burguesa, que promove a *“expulsão do homem e da mulher, [provocando o] êxodo rural”*, de um campo que não é assistido pelo poder público porque *“falta infra-estrutura como estradas, escolas, comunicação, saúde”*, do campo que sofre com a *“ausência de assistência técnica que corresponda com a agricultura familiar”*. Estas situações são contrapostas pelo projeto de resistência e de proposição dos/as camponeses/as, dos/as trabalhadores/as, que tem como característica a luta e a *“conquista da terra”*, que tem como matriz as lutas sociais *“pela afirmação das identidades dos povos do campo”*, e no qual o *“trabalhar no campo é orgulho, pois precisamos da terra que nos alimenta”*.

O campo ainda se configura como o **“espaço da ausência do Estado”**. A ausência do Estado é indicada pelas *“dificuldades nas políticas públicas”*, que são enfrentadas, quando se trata do *“descaso em desenvolver a agricultura familiar”*. A partir da constatação da ausência, há a indicação da necessidade da presença do Estado, porque *“o campo precisa de apoio do governo para desenvolver-se e fortalecer-se”*, na afirmação de políticas públicas de capacitação, isto é, *“investir para que os agricultores aprendam novas técnicas para trabalhar no campo”*.

Para finalizar, transcrevemos duas afirmações na íntegra, para servirem de base para as reflexões: A primeira diz: *“o campo é o espaço rural com todas as suas especificidades: diversidade cultural, racial, valores que passam de geração a geração. Apresenta atividades produtivas como: agricultura, pecuária que são a base de sustentação de toda a sociedade. O campo é a união do homem com a natureza. É o povo que sofre muito para se fortalecer, tanto para se educar (escolas), quanto para reivindicar seus direitos, garantindo a permanência no campo. Embora tenha toda essa importância social, o meio rural enfrenta diversos problemas e dificuldades, principalmente com relação ao transporte e manutenção das estradas.”* E a segunda que *“é o lugar de produtividade agrícola onde precisa de melhorias para que os jovens não precisem sair do campo para ter uma vida melhor. Nós jovens precisamos de um pouco mais de atenção da parte dos governantes. Em nossa comunidade, os jovens estão um pouco esquecidos, pois estão tendo que ir para a cidade para ter uma vida melhor, para viver com dignidade na sociedade, pois muitas vezes as pessoas do campo são desvalorizadas. Pois para muitas pessoas do campo são pessoas matutas, que não sabem nada”*.

### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1 – O que é para nós o campo?
- 2 – O que há de bom e o que pode/deve ser melhorado na comunidade, escola, assentamento?

## ***Bibliografia***

ALMEIDA, Rosemeire. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação**: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

# TERRITÓRIO CAMPONÊS

*Dilma Lourenço da Costa*

Na trajetória que segue o conceito de território, para o qual existe uma ampla gama de (re)significados, interessa-nos o território camponês, porém, convém salientar que o território, aqui abordado, é aquele existente a partir da relação entre sociedade e natureza. Sociedade esta, que na mais sublime das relações, interage com o lugar e cria condições de subjetividade, numa interação que possibilita a ela criar meios para garantir a sua permanência e sobrevivência no campo, que conseqüentemente define a territorialidade materializada no lugar (SAQUET, 2007). Esta compreensão está baseado em Saquet, que acrescenta:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais. (op. cit., p. 24).

O território não é uma coisa fixa e imutável, ele passa a existir pelas ações da sociedade e, a partir destas, ele se transforma, as interações ocorrem diariamente entre o velho e o novo, resultando sempre em (des)territorialização, (re)territorialização e, conseqüentemente, em muitos casos, em multiterritorialidades.

Quanto ao entendimento do território que se faz, e pode constantemente se desfazer e refazer, buscou-se inspirar em Haesbaert (2004), a partir da sua compreensão do território, da desterritorialização e das multiterritorialidades, para a qual, o autor propõe primeiro entender o que é território, dizendo que

todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço, tanto para realizar “funções”, quanto para produzir “significados”. O território é funcional, a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância, de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s), “como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista”. (s/p. grifo do autor).

O território preconizado por Haesbaert (2006) é representado por suas funcionalidades e simbologias, resultantes das diferentes combinações empreendidas no espaço. Estas combinações são dadas pelas relações sociais estabelecidas neste espaço que, em si, resultam em multiterritorialidades,

[...] a existência do que estamos denominando, multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí,

formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (op. cit., p.344).

Evidencia-se, a partir desses pressupostos, que não apenas vivemos o território no sentido mais amplo da palavra, como vivenciamos e presenciamos diariamente este território se multiplicar, o que significa dizer que estamos conectados, tanto pelo nível que convencionamos chamar de intra-territorial (território da vivência em comunidade e familiar), quanto inter-territorial (do local ao global), pelos diversos equipamentos da tecnologia de comunicação, transporte e comércio.

Ao propor compreender este território, a partir da vivência camponesa, enfatizamos que, entender o contexto atual de formação do território camponês, sobretudo no Brasil, faz-se necessário, em especial, neste momento em que o país é destaque nacional e internacional, pela alta produtividade de grãos através da agricultura mecanizada, fato que lhe atribui o título de um dos maiores produtores de soja, milho e algodão do mundo. Daí a importância de entender como os camponeses sobrevivem em tempos de expansão do agronegócio.

O termo campesinato é tema (re)corrente na discussão de renomados estudiosos, em diferentes áreas do conhecimento. Estes dialeticamente caracterizam o termo, dando-lhe as particularidades da área científica em que atuam.

Contudo, conhecer o pensamento de alguns destes estudiosos e a forma como contribuem teoricamente, seja apregoando a sobrevivência do campesinato, ou seja, apregoando o seu desaparecimento, colabora para entendermos também o contexto atual das políticas públicas, que influenciam diretamente na produção e no comércio, nas relações sociais e na permanência destes agricultores no campo. Vejamos o que sugere Oliveira (2004, p. 35):

[...] a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil.

O campo no Brasil sempre foi um palco de lutas e os atores, historicamente, os mesmos: posseiros, camponeses expropriados e, num cenário um pouco mais recente, os movimentos sociais camponeses, cujo destaque em escala nacional está o MST e numa escala internacional, a Via Campesina.

No entendimento de Oliveira (op. cit., p. 35-6), “o estudo do campesinato brasileiro, deve ser feito, levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, no território brasileiro, é contraditório e combinado,” ou seja, ele cria e recria relações capitalistas no campo, de independência ou de submissão do camponês ao capital, ao mesmo tempo, reforça a necessidade da sobrevivência do campesinato.

É uma relação complexa porém, não muito difícil de ser compreendida, se pensarmos nas relações capitalistas, entre o campesinato e o agronegócio, se entendermos a quem serve um e a quem serve o outro, neste caso, o camponês planta o alimento para a sua subsistência e para abastecer o mercado interno, e o agronegócio serve ao mercado internacional.

Do mesmo modo, outra proposição importante é apresentada por Almeida (2008), ao discorrer sobre a educação do campo proposta pelo PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que enfatiza a necessidade de distinguir campesinato e agronegócio, e acredita,

falar de campesinato é remeter a uma classe social que possui caráter dúplice no processo social: é ao mesmo tempo proprietária de terra e dona da força de trabalho. É bom lembrar, também, que esta classe é bastante heterogênea no campo brasileiro, ou seja, tem forte caráter regional podendo ser reconhecida nos colonos do sul (origem do MST), no caipira do interior paulista, nos seringueiros, nos ribeirinhos, nos indígenas, nos remanescentes de quilombos, nos meeiros, posseiros, nos assentados, enfim, é bastante peculiar [...].

E a gênese do agronegócio? O agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como alguns denominam. O novo aí, se podemos chamar de novo, é que ele agora aparece como categoria homogeneizadora, [...], (op. cit., p.308-9).

De forma geral, enquanto espaço de produção, ambos se manifestam no campo, e historicamente, numa escala planetária, a agricultura camponesa sempre existiu, a monocultura no sistema *plantation*, também não é nova, porém, esta última se diferencia do agronegócio atual pelo elevado emprego de tecnologia e substituição da mão de obra, enquanto a monocultura tradicional sempre absorveu o trabalho braçal.

Chama a atenção também, a territorialidade que Almeida (2008) reconhece nos camponeses, como classe heterogênea, que adquire caracteres culturais regionais no novo território; desta forma, é possível, de fato, diferenciar o camponês de acordo com o seu local de origem, enquanto que o agronegócio, como categoria homogeneizadora, tem sua característica, visível, sobretudo, na paisagem.

Outro ponto da divergência entre o campesinato e o agronegócio em especial se materializa na lógica de produção: enquanto a agricultura camponesa estabelece forte relação com a terra no campo, não somente como o lugar da morada, mas da produção, visando a subsistência e o comércio do excedente, o agronegócio, a qualquer custo, visa o lucro.

Nas condições atuais, de múltiplas interpretações do campesinato, há que se entender as relações de produção e de vida no campo, o que vai além das teorias, mas do entendimento destas práticas enquanto necessidade de sobrevivência. Para Shanin (2008, p. 28):

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações.

Entendemos que a troca de conhecimentos, sugerida pelo autor, vai além do saber plantar, trata-se também de como saber se manter em tempos de carestia, dos preços dos alimentos, pois quem está no campo, vive do que produz para o seu sustento e do que consegue vender, para comprar o que não produz. Entende-se, também, que o respeito e a importância da valorização do saber camponês se dá sobretudo na implementação das políticas públicas, criadas a partir deles, ou em conjunto com eles e voltadas para atender as suas necessidades.

[...] ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema



de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas (SHANIN, op. cit., p. 25).

A criatividade é fundamental para quem está no campo e tem que conviver com a escassez de recursos, sobretudo no momento em que o mercado prima pela quantidade de ofertas de alimentos. E é também o fato de ser criativo, de ter a capacidade de acreditar e lutar pela sobrevivência, que mantém o camponês vivo. Isto é possível porque, diferente do produtor capitalista, o camponês visa inicialmente à alimentação familiar, o comércio com a finalidade de obter renda vem em segundo plano e, como diz Shanin (op. cit., p. 25), a vantagem para este é “o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas”; a solidariedade é uma das características do campesinato. São as lutas constantes do campesinato, enquanto classe social, que definem e caracterizam a sua territorialidade.

### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1 - O que é e como se caracteriza o território camponês?
- 2 - Como os camponeses podem afirmar a autonomia da sua organização econômica, cultural e ambiental afirmando o território camponês?
- 3 - Quais são as políticas públicas existentes que afirmam a territorialidade camponesa? Estas políticas públicas estão presentes no território camponês do assentamento?
- 4 - Quais conhecimentos existem no território camponês do assentamento e quais conhecimentos necessitam ser desenvolvidos para afirmar a camponesidade do território?

### **Bibliografia**

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função Social da Propriedade e Desenvolvimento Sustentável: Camponeses Versus Agronegócio. In. PAULINO, Eliane Tomiase. FABRINI, João Edmilson. (orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004 – Disponível em: < 2 <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigorh.pdf> > Acesso em 23/11/09.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In. STEDILE, João Pedro (coord.). GORENDER, Jacob. et. al. **A Questão Agrária na Década de 90**. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Pg. 45-67.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções sobre Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In. PAULINO, Eliane Tomiase. FABRINI, João Edmilson. (orgs). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

# ECONOMIA CAMPONESA

Laudemir Luiz Zart

Para compreender a economia camponesa, devemos nos colocar além das forças modernizadoras no estilo capitalista, que hoje são denominadas de agronegócio. Precisamos considerar que existiram e existem no campo forças políticas, culturais e sociais que não se submeteram ao processo modernizador do capital. A resistência está centrada nas organizações e nos movimentos sociais camponeses. Estas forças são mobilizadoras de processos que denominamos de economia camponesa como um “sistema econômico não capitalista”.

O estudo da economia camponesa foi realizado pioneiramente por Alexander Chayanov (1981), um investigador russo, de formação inicial em agronomia, mas que, para compreender a lógica interna camponesa, dedicou-se à leitura das teorias econômicas e das realidades empíricas que envolviam as organizações sociais e de produção do campo. Chayanov viveu numa realidade histórica na qual a maior quantidade de produção agrícola<sup>6</sup> ocorria no modo de organização econômica chamada de “unidade econômica familiar não assalariada” (p. 49). Reconhecidamente, a economia camponesa é aquela que não emprega trabalho assalariado como força de trabalho dominante de geração de renda, mas que usa, predominantemente, a força de trabalho dos membros da família.

É nestes termos que Chayanov critica a teoria econômica clássica, por não apreender os processos econômicos distintos das categorias de análise da produção capitalista, como por exemplo, o salário e os preços de mercado. A tese de Chayanov é que “em uma economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela obrigação de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que são ao mesmo tempo unidades de consumo” (p. 52). Portanto o trabalho na unidade econômica camponesa tem como objetivo a satisfação das necessidades das pessoas. É um “sistema de unidades sobre uma base de economia natural e que serve exclusivamente para satisfazer as necessidades das famílias ou do coletivo de trabalhadores” (p. 52). Esta base desenha uma característica importante: a relação entre a produção e o consumo: “o pressuposto aqui é um alto grau qualitativo: para cada necessidade familiar há de prover-se em cada unidade econômica o produto qualitativamente correspondente *in natura*” (p. 52).

Para a satisfação das necessidades, a família camponesa estabelece uma relação de equilíbrio entre a produção e o consumo. Nesta definição há uma “elasticidade” entre a definição de necessidades e a produção do suficiente para a satisfação. A satisfação das necessidades da unidade econômica familiar tem graus valorativos distintos, porque há um correspondente sistêmico entre a produção e o consumo. Por esta característica, a unidade econômica familiar não tem como prioridade a produção quantitativa de produtos para promover um *quantum* remunerativo no mercado, próprio da economia capitalista, mas da produção qualitativa de produtos e de variedades para a satisfação das necessidades convencionadas na família. Esta possibilidade de produção ocorre quando o camponês controla os meios de produção e estabelece a unidade familiar como uma unidade de trabalho. É nesta unidade de trabalho que são produzidos os bens materiais que resultam na satisfação das necessidades e a intensidade do trabalho.

---

<sup>6</sup> Como ocorre nos nossos tempos em que a maior produção de alimentos ocorre na agricultura camponesa.

Assim afirma Chayanov: “a quantia de produto do trabalho é determinado principalmente pelo tamanho e pela composição da família trabalhadora, do número de seus membros capazes de trabalhar e, ademais, a produtividade da unidade de trabalho e isto é especialmente importante, o grau de esforço dos trabalhadores, o grau de autoexploração mediante a qual os membros trabalhadores efetuam certa quantidade de unidades de trabalho no curso do ano” (p. 54).

“O grau de exploração determina um equilíbrio peculiar entre a satisfação da demanda familiar e a fadiga do trabalho” (p. 54). Desta forma, explica Chayanov que é possível um aumento do grau de fadiga do trabalho ou da autoexploração para a satisfação das necessidades. A intensidade do trabalho depende das condições de trabalho, suportar até o limite da fadiga quando são estabelecidos graus internos na unidade familiar que decidem os parâmetros econômicos da satisfação. Além destes limites a fadiga do trabalho torna-se insuportável, portanto diminui-se o ritmo, a quantidade de trabalho e a perspectiva de consumo para a satisfação das necessidades. No entanto, com o alcance de condições mais adequadas de trabalho, há um aumento da produtividade do trabalho na unidade econômica familiar, relação que possibilita a obtenção da suficiência da satisfação das necessidades e o aumento das perspectivas de bem viver na família com a diminuição da fadiga do trabalho.

O “ponto de equilíbrio é muito variável” (p. 55). Este é construído a partir de duas dimensões estruturantes, uma diz das relações e as situações de mercado, que determinam o grau de exploração e de fadiga do trabalho, e a outra condiz com o tamanho da família, porque determina a quantidade de consumo. Desta forma há uma correlação entre “avaliações subjetivas” e as “condições objetivas” que são estabelecidas e confrontadas na unidade econômica camponesa para a satisfação mais alta das necessidades. Daí que, “cada aumento de produtividade do trabalho, tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho” (p. 55). Desta forma, há a busca de “formas ótimas de organização” (p. 56), ou seja, aquelas que permitem renda maior por trabalho realizado.

Além desta perspectiva inicial de Chayanov, apresentamos um conceito que resulta das nossas reflexões e que tem como base as observações de campo e as pesquisas com camponeses. Em 2009 nos expressamos da seguinte forma: “estamos aqui defendendo um conceito de economia camponesa que incorpora o reconhecimento da diversidade cultural, a biodiversidade dos ecossistemas, os processos organizacionais democráticos e participativos, a agroecologia como sistema de produção e de valorização ética, os empreendimentos econômicos solidários, portanto coletivos e autogestionários. A economia camponesa é um modo de vida no campo que vai além da agricultura e que, por sua vez, requer tecnologias de produção que atendam às especificidades que caracterizam a produção do campo.”

Com esta definição afirmamos que a organização social camponesa está estruturada a partir de relações sociais complexas. A primeira tese é, enquanto militantes e pesquisadores do campo, contrapomo-nos às concepções dominantes dos ideólogos, políticos ou cientistas, do agronegócio que afirmam ser a economia camponesa simples (no sentido de simplista) e arcaica (no sentido de atrasada). A segunda, que decorre desta, é a necessidade que temos de gerar ambiências institucionais que possibilitam: a) as pesquisas que apreendam a complexidade camponesa; b) a formação de profissionais técnicos que interajam dialogicamente com a organização camponesa; c) a educação do campo que apreenda a diversidade histórica, simbólica e cultural do campo; d) o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao desenvolvimento camponês, d) o reconhecimento dos saberes da terra; e) a percepção da interação do camponês com o meio natural, portanto as formulações e as práticas ecológicas; f) a construção de políticas públicas que apreendam a complexidade camponesa e implantem processos de desenvolvimento correspondentes aos processos do campo.

As institucionalidades são referentes às universidades, aos institutos de pesquisa, às escolas, aos órgãos governamentais, aos poderes públicos, aos movimentos sociais do campo, às organizações dos próprios camponeses, como sindicatos, associações e cooperativas. Avaliamos que, para

compreender adequadamente o campo, necessitamos construir referenciais teóricos que nos possibilite realizar o movimento interpretativo que conjuga as lógicas internas das diversidades camponesas com as relações e as estruturas sociais mais amplas das políticas públicas, das relações de mercado, da formação nas dimensões científicas e tecnológicas.

**Questões para Estudo e Debate:**

- 1 - O que é a modernização da agricultura e quais influências na organização camponesa?
- 2 – O que é a economia camponesa?
- 3 – A organização produtiva do campo é compreendida como uma economia camponesa?

**Bibliografia**

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1985.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: editora UNESP, 2006.

SABORIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

# CULTURAS CAMPONESAS

*João Ivo Puhl*

Neste texto apresentamos alguns conceitos como camponês, cultura camponesa, campesinato, evidenciando aos educadores e lideranças dos trabalhadores do campo que certas propostas organizativas, pedagógicas e de inovação tecnológica fracassam porque contrariam as lógicas internas ao funcionamento das unidades camponesas e de seus gerenciadores, cuja racionalidade última considera a vida a ser sustentada e que não pode ser posta em risco por novidades duvidosas e arriscadas por mais promissoras que possam parecer aos nossos olhos e raciocínios.

Apresentamos alguns conceitos e aplicabilidade, indicamos algumas perguntas para estudo e debate e as fontes na qual se baseia o texto.

## 1. O que é ser camponês?

Houve, ao longo dos últimos dois séculos, acirrado debate entre políticos e teóricos sobre a realidade do **camponês**, ou melhor, sobre o conceito que representasse mais adequadamente a sua realidade. Os marxistas em geral abordaram esta realidade considerando-a do ponto de vista econômico, da produção para a subsistência ou para o mercado, desconsiderando ou relativizando outras dimensões que hoje parecem presentes nos debates de autores como Marques (2004). Esta autora afirma que, ao conceituar o campesinato, temos que considerar:

a organização do seu espaço de vida, a transmissão dos “saberes”, as tradições expressas nas festas populares, a religiosidade, a relação com a família, o respeito às orientações adquiridas no contato com seus pares e com a “natureza”, a reciprocidade vicinal através das várias práticas de ajuda mútua, enfim, os valores da ética camponesa (MARQUES: 2004, p.4).

As dimensões que Marques aponta como especificidades do **campesinato** são as práticas culturais como uma rede ou uma teia que envolve um conjunto de sujeitos humanos em saberes, formas de pensar, de crer, de falar, de fazer, de sentir, de avaliar, de plantar, de cozinhar, festejar, dançar, de nascer, viver, casar, morrer, de relacionar-se com os outros, etc. e que faz sentido para o grupo de pessoas que compartilha e se guia por essas práticas. Não podemos considerar estas dimensões como realidades estáticas, pois elas só existem como relações sociais e políticas, sendo modificadas ao longo do tempo e de múltiplas influências internas e externas ao grupo.

Alguns valores da ética camponesa podem ser considerados: a reciprocidade, a entre-ajuda, a cooperação, as trocas de serviços, de instrumentos de trabalho e de insumos, etc. Não assumir estas práticas ou negar-se a cumprir obrigações, quando chegou sua vez, torna o sujeito infrator ou se considera quebra de trato socialmente validado, complicando as futuras relações. Não existe uma forma universal de ser camponês, pois como afirma a autora:

O reconhecimento de sua especificidade (a camponesa) não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir, ora ao “**descampesinamento**”, ora à sua reprodução enquanto **camponês**. A **campesinidade** corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes

tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de **campesinidade** segundo a trajetória de vida de cada um e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista (MARQUES: 2004, p. 2)

Não havendo um campesinato único, só podemos afirmar que há características singulares aos camponeses de quaisquer lugares, que a autora relacionou às práticas culturais. Woortmann (1981) afirma algumas especificidades camponesas em relação à produção, que precisamos sempre flexibilizar nas análises. Disse:

a produção camponesa possui algumas características estruturais básicas: a força de trabalho da unidade produtiva é predominantemente familiar e não possui capital variável; os custos de produção repousam preponderantemente sobre insumos de trabalho manual e não sobre insumos “modernos” adquiridos no mercado; o destino dos produtos é alternativo, ou seja, podem ser consumidos ou comercializados; a tecnologia utilizada no processo do trabalho é orientada por um saber ou modelo cognitivo que lhe é particular e relativamente autônomo e, por fim, há um conjunto de estratégias básicas para manter uma série de supostos internos ao grupo doméstico e ao sítio camponês (WOORTMANN: 1981, p. 2-3).

A descaracterização das práticas produtivas do campesinato, incompatíveis com a economia capitalista, não podem levar a conclusões equivocadas, pois a condição camponesa sempre teve uma relativa integração com o mercado. O camponês, produzindo excedentes no auto-consumo familiar (valor de uso), colocando-os à venda no mercado, não significam mercadorias (valor de troca). Nas estratégias de subsistência há sempre a possibilidade de auto-exploração do camponês que, ao pôr preço no que vende, não considera seu trabalho. Em geral, apenas avalia a necessidade de certa quantia de dinheiro para pagar a aquisição de mercadorias, energia ou insumos.

Podemos afirmar como Silva (2005), *“enquanto a subsistência não for completamente afetada pela dependência do mercado, é possível que os camponeses continuem construindo alternativas de uma subordinação parcial, protegendo os outros elementos que constituem sua vida e trabalho”*. Os universos das crenças e da moral mostram-se combinados em outras práticas como, por exemplo, na educação dos filhos, dos rituais de nascimento e morte, das festividades religiosas, apesar deste universo também estar mediado por outras relações contrastantes, mas ele está ora mais protegido uma vez que sua reprodução não se vincula completamente a existência de um mercado consumidor, mas ao aprendizado transmitido, reconstruído e reproduzido pelos camponeses.

Conclusão: *“para ser camponês só precisa de contato livre com seus pares e semelhantes, em seu trabalho e na comunidade”* (LOPES: 1991, p. 47). Isaura Queiroz considera que *“a subordinação”* do camponês *“permanece relativa”* enquanto se orienta por *“saberes adquiridos no convívio com os seus, obedecendo a leis próprias de sociabilidade e solidariedade e se organizando, estrategicamente, de acordo com sua cultura e com as condições sociais dadas pela realidade que vivencia”*.

#### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1- Na sua experiência, o que caracteriza mais fortemente a cultura camponesa?
- 2 - Qual é o papel da produção para o mercado na economia de sua comunidade?
- 3 - Quais valores éticos orientam as relações entre as pessoas da comunidade?
- 4 - Que elementos da cultura camponesa atrapalham a organização e a inovação tecnológica e quais favorecem a melhoria das condições de vida no campo?

5 - Como o camponês aprende o que necessita saber para viver e produzir?

### **Bibliografia**

MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO.** Tese de Doutorado. São Paulo: Depto. de Geografia da USP, 2004.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro –** Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes 1976.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **O Espaço da Cultura Camponesa na Esteira do Tempo:** discussão de pesquisa. Doutoranda em Geografia Humana pela USP. Integrante do Laboratório de Geografia Agrária, 2006.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **A Produção Camponesa num Contexto de Pecuarização.** Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 1981.

# EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ilma Ferreira Machado

Por que será que nos últimos anos temos ouvido falar em **educação do campo**?

Em tempos anteriores chamávamos de escolas rurais aquelas escolas situadas fora da cidade, as quais eram praticamente esquecidas pelo poder público. A denominação de educação do campo e de escolas do campo ocorreu no final dos anos noventa, quando os trabalhadores rurais intensificaram a luta pela reforma agrária, exigindo ao mesmo tempo mais atenção aos sujeitos do campo que, mais do que a terra, queriam educação e saúde de qualidade, energia elétrica e boas estradas. Por entenderem que a formação é um elemento importantíssimo no processo de conquista da terra, os movimentos sociais do campo não se descuidaram da educação, que passou a ser pensada de forma diferente, na perspectiva de atender aos interesses dos sujeitos que vivem e trabalham na terra. Com esse movimento procuraram mostrar que *campo* é diferente de *rural*, *por isso* falar em educação do campo é falar da formação dos trabalhadores do campo e não do grande proprietário; é ter uma perspectiva de classe, pensar não no sujeito isolado, mas como coletivo, como classe trabalhadora que vive do trabalho e luta contra a exploração.

Falar em educação do campo é defender uma nova concepção, um novo jeito de educar que supere o tecnicismo, o individualismo e a competitividade pregada pela escola capitalista. Portanto, falar em educação do campo é repensar a organização da educação no assentamento, na comunidade como um todo e não apenas na escola, isto porque a formação para um jeito de agir e de trabalhar coletiva e solidariamente é tarefa de toda a comunidade. A escola sozinha não dá conta de tamanha responsabilidade. A família, a coletividade precisa ajudar a reforçar os novos hábitos e valores para que eles possam se consolidar. A coletividade, também, pode provocar na escola outros tipos de mudanças: ao se estabelecer os conflitos de ideias, novos consensos podem ser firmados, contribuindo para o crescimento de todos.

Os sujeitos do campo agora têm apoio da lei para organizar a educação em suas escolas, para pensar um projeto pedagógico, definir como será a organização e gestão da escola. Têm autonomia para dizer qual é a escola que querem. Mas, devem estar organizados para cobrar que a lei seja implementada, pois ela não tem efeito em si. Se ficarem de braços cruzados esperando que os de fora digam que conteúdos e métodos deverão ser trabalhados nas escolas do campo, será como antes procurava se fazer: um arremedo de currículo da escola da cidade, uma aprendizagem aligeirada e muitas vezes sem sentido, desconectada da vida da comunidade, do mundo do trabalho, uma escola com finalidade destorcida e que pouca contribuição pode oferecer para o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens e para o desenvolvimento social e econômico do campo.

Para a construção da escola do campo é prioritário discutir e repensar o Projeto Político Pedagógico como o documento que define qual será a organização geral da escola e como instrumento de ação política que possibilita afirmar a identidade local e exercitar a autonomia e a participação coletiva. Cada escola tem a liberdade de elaborar o seu PPP. Não é necessário “engolir” um projeto pronto, “de cima pra baixo” e, muito menos, copiar de outra escola só porque é bonito. Não se pode fugir das diretrizes gerais da educação, mas é possível acrescentar elementos que correspondam aos interesses e necessidades específicas de cada escola. Cabe lembrar que o domínio da ciência é altamente relevante para a formação do sujeito, assim como dos aspectos políticos e humanos. São



estes três fatores, juntamente com a relação entre trabalho e educação, que propiciam a formação integral da pessoa. E é essa formação integral que devemos perseguir quando pensamos em transformar a educação e em mudar a sociedade.

Esse processo de transformação não acontece sem conflitos. Nem tudo é calmaria. Contudo, é necessário preparo, estudo e capacidade de diálogo para argumentar e lutar pelo que a comunidade, o assentamento entende ser o melhor. Se não se consegue tudo de uma só vez, a estratégia é ter um plano de metas a médio prazo e continuar mobilizados.

Cabe às lideranças e aos educadores se empenharem firmemente na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, como forma de afirmar os propósitos educativos da coletividade. É importante que cada comunidade discuta com profundidade e se posicione sobre questões tais como:

**Questões para Estudo e Debate:**

- 1 - Que educação queremos para nossos filhos? Educar para que?
- 2 - O que e como a escola deve ensinar?
- 3 - Que tipo de avaliação de ensino a escola vai realizar?
- 4 - Qual é a formação necessária aos educadores do campo e como proporcioná-la?
- 5 - Qual é o papel de cada um de nós – educadores, pais, estudantes – no desenvolvimento da educação do campo?

**Bibliografia**

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 2.

AUED, Bernadete Wrublewski; VENDRAMINI, Célia Regina (Orgs.). **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Insular, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir.; MOLINA, Mônica Castagna; (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 1.

MOLINA, Mônica Castagna [et all]. **Educação do Campo e Formação Profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5.

# EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

Laudemir Luiz Zart

O conceito de educação do campo e a afirmação da formação dos povos do campo têm menos de dez anos, quando pensado a partir dos princípios orientadores da economia e da cultura camponesa. Surgiram como denúncia e como mobilização organizada contra a situação do meio rural: situação de miséria crescente, de exclusão/expulsão das pessoas do campo; situação de desigualdades econômicas, sociais, que também são desigualdades educacionais, escolares. Seus sujeitos principais são as famílias e comunidades de camponeses/as, pequenos/as agricultores/as, sem-terra, atingidos/as por barragens, ribeirinhos/as, quilombolas/as, pescadores/as, educadores/as e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo, articulados/as em torno de Movimentos Sociais e Sindicais e de Universidades. Todos buscando alternativas para superar a situação que desumaniza os povos do campo, mas também degrada a humanidade como um todo.

Uma das mais marcantes características deste movimento é a indissociabilidade do debate sobre os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira e o papel do campo nos diferentes modelos. A especificidade mais forte da educação e da formação do campo, em relação a outros referenciais sobre educação deve-se ao fato da permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual o campesinato se enraíza. A afirmação de que só há sentido o debate sobre a educação e a formação do campo como parte de uma reflexão maior sobre a construção de um projeto de desenvolvimento integral do campo e este ligado à ideia de um projeto popular de nação.

A partir das necessidades socioeconômicas e educacionais constatadas, uma das lutas dos movimentos sociais do campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação, e a educação que seja no e do campo. *NO CAMPO*: as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde vivem; *DO CAMPO*: as pessoas têm direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. E esta educação inclui a escola: hoje uma luta prioritária, porque há boa parte da população do campo que não tem garantido seu direito ao acesso à chamada educação básica, além de pensar e evoluir para o ensino médio com formação técnica e a educação superior orientadas pela pedagogia da alternância.

Um dos fundamentos da educação e da formação do campo, no sentido da cultura e da economia camponesa, é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, quando vinculados à construção de outro tipo de modelo de desenvolvimento. Não há sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou, dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios.

A base fundamental de sustentação dos processos formativos do campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano.

O movimento da educação do campo está ajudando a produzir um novo olhar para o campo. E faz isso em sintonia com toda uma nova dinâmica social de valorização deste território e de busca de

alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele. Uma dinâmica que vem sendo construída por sujeitos que já não aceitam que o campo seja lugar de atraso e de discriminação, mas sim consideram e lutam para fazer dele uma possibilidade de vida e de trabalho para muitas pessoas, assim como a cidade também deve sê-lo; nem melhor nem pior, apenas diferente; uma escolha.

As primeiras mobilizações sociais vieram da demanda por uma política educacional para as áreas de assentamentos de Reforma Agrária. Aos poucos foi ficando claro que esta era uma demanda do conjunto do campo. Tem-se construído dinâmicas sociais participadas e ativas de processos históricos de resistência crítica dos povos que vivem no campo, e da proposição da construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, ecológico e cultural para o território camponês e, conseqüentemente, de uma nova concepção de educação para os sujeitos que aí vivem.

Uma conquista recente deste processo, foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Antecipadas e simultaneamente a estas ações foram se constituindo e se consolidando a construção de ações de oferta de escolarização formal para trabalhadores/as assentados/as através da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que foi regulamentado por meio da assinatura do presidente Lula.

A partir de 1998, o PRONERA vem construindo uma vasta experiência de articulação e oferta de cursos superiores; cursos técnicos profissionalizantes; e EJA Médio e Fundamental, através do envolvimento de uma rede de universidades públicas brasileiras e escolas agrotécnicas, em todos os estados da federação. Esta articulação de cursos e instituições contribui para o desenvolvimento de uma série de projetos de pesquisa e extensão, em diferentes áreas do conhecimento, na perspectiva da construção de novas estratégias para a promoção do desenvolvimento do campo assentadas na socioeconomia solidária, na agroecologia e na diversidade cultural dos povos do campo.

**Questões para Estudo e Debate:**

- Quem são os sujeitos do campo?
- Qual a formação necessária no campo para o desenvolvimento integral do campo?
- Como podemos/devemos caracterizar o território camponês?

**Bibliografia**

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 2.

AUED, Bernadete Wrublewski; VENDRAMINI, Célia Regina (Orgs.). **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. Florianópolis: Insular, 2009.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir.; MOLINA, Mônica Castagna; (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 1.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do Futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5.

# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA DO CAMPO

*Ilma Ferreira Machado*

As diretrizes operacionais para a educação do campo, aprovadas em 2002, estabeleceram, como um de seus elementos fundamentais, a organização das escolas, que deverá ocorrer mediante a apresentação de projetos político-pedagógicos, elaboradas no âmbito da autonomia das instituições de ensino. O projeto pedagógico deverá contemplar diversidade do campo nos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, e prever a flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, assegurando, por exemplo, a definição de calendário escolar que atenda às especificidades locais, principalmente no que tange ao período de plantio e colheita.

O que se vislumbra é a possibilidade de construção de uma proposta pedagógica diferenciada. Nesse sentido, deve-se, primeiramente, ter presente a concepção de educação do campo, suas finalidades e princípios básicos, como forma de caracterizar que espaço de atuação é esse, bem como, quais os mecanismos de ação que melhor se aplicam a esse contexto. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico não se faz sem um referencial teórico-metodológico que evidencie a concepção de sociedade, educação, conhecimento e de criança e jovem. Cabe pensar em uma educação que assuma a identidade do povo do campo, respeitando seu modo de vida, sua dinâmica social e acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico. E isso implica na definição de um projeto pedagógico que objetive a formação da criança e jovem na perspectiva do desenvolvimento sustentável e coletivo do campo, que incorpore a agricultura camponesa, a agroecologia popular (CALDART IN: MOLINA E AZEVEDO DE JESUS, 2004) e os valores humanos e solidários no processo de transmissão e produção do conhecimento científico.

Esse projeto pedagógico deve estar pautado nos princípios da educação integral, aliar aspectos tecnológicos, manuais, culturais, políticos e humanos, pensando num amplo desenvolvimento das potencialidades criativas do sujeito, conforme defendeu Marx. Constituem eixos básicos dessa forma de educação: as relações entre educação e trabalho, teoria e prática social; o trabalho coletivo, a construção da autonomia dos coletivos de docentes e discentes e a gestão democrática, entre outros

O Projeto Pedagógico não se resume no documento escrito que formaliza as concepções, objetivos, conteúdos, metodologia de trabalho e sistemática de avaliação de uma escola. Ele é exercício de construção permanente, que acompanha e é acompanhado pela prática pedagógica, cotidianamente se fazendo e refazendo. É fundamental constituir um coletivo escolar forte, uma vez que projeto político pedagógico refere-se sempre a um coletivo, sendo inconcebível sem ele; jamais pode ser fruto de desejos e aspirações individuais.

Pensar a educação do campo num processo orgânico com o desenvolvimento do campo implica pensar e construir as condições para que se estabeleça de fato a relação da escola com a vida, conforme indica Pistrak (2002). É necessário repensar toda a organização do trabalho pedagógico na escola, planejar, agir e avaliar de uma perspectiva diferente, concebendo essas ações como indissociáveis, de interesse e responsabilidade coletiva, buscando preservar a qualidade do trabalho educativo, que tem como principal indicador a possibilidade de realização da práxis pedagógica.

A contínua formação dos educadores, assim como o suporte financeiro e material, é fundamental para a concretização de um projeto dessa natureza. Não é suficiente construir o prédio escolar, se

nas salas faltam equipamentos e materiais didáticos, se os alunos não têm como se deslocar de suas casas para a escola, se as famílias dos trabalhadores sofrem com a péssima infra-estrutura dos assentamentos, e se a educadora não sabe muito bem o que fazer com sua turma de alunos, pois falta qualificação e instrumentais teórico-práticos indispensáveis para entender a complexidade do trabalho pedagógico.

Volta-se mais uma vez à discussão das políticas públicas para o campo, tarefa inadiável do poder público e “bandeira” de luta dos Movimentos Sociais e dos profissionais da educação que desejam ver efetivada uma educação do campo e para o campo.

**Questões para Estudo e Debate:**

- Que espaços-tempo de estudo são importantes para assegurar aos estudantes uma aprendizagem efetiva?
- Como articular educação e trabalho, e os conteúdos ditos “escolares” com os outros saberes que ocorrem fora da sala de aula, e como organizar sistematicamente esse trabalho para evitar que se caia no espontaneísmo ou mesmo no pragmatismo?

**Bibliografia**

CALDART, Roseli. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico para a educação do campo. In: Molina e Azevedo de Jesus (Orgs.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, Articulação nacional por uma educação do campo, 2004 (Coleção Por uma educação do campo Nº 5).

PISTRAK. M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

# SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

Laudemir Luiz Zart

Para compreender o que significa a socioeconomia solidária vamos discutir a origem etimológica das palavras para, em seguida trazê-las para o nosso tempo e as nossas experiências. Em primeiro lugar, vamos pensar a palavra economia. Ela provém do grego e é formada pela junção de *oikos* e *nomia*. *Oikos* significa casa, o lugar, o meio, onde moramos, vivemos, trabalhamos, produzimos, consumimos. A casa é percebida como uma totalidade, ela pode ser a nossa morada, a rua, o bairro, o assentamento, o município, a nação, o planeta. Quer dizer, há sempre uma dimensão, um espaço, que é formado por diversas coisas, naturais e culturais (fabricadas pelo ser humano). *Nomia* quer dizer, norma, regulamento, lei. As normas são estabelecidas em conformidade com a moral e a cultura dominante das sociedades. Então, já podemos dizer que a economia é o conjunto das normas que regem as nossas condutas em determinados espaços. Mas estas normas não são estabelecidas de forma aleatória, elas são estudadas e são fixadas em conformidade com interesses de grupos ou de classes sociais. A economia é também uma ciência que estuda as formas de organização social, da produção e da distribuição dos bens materiais e imateriais nas sociedades. Isto quer dizer que a economia não se restringe aos significados restritos da economia capitalista, que é a busca do lucro. Aliás, se formos nos embasar em Aristóteles, vamos compreender que esta sequer é a economia. Para a ideia do lucro este filósofo usa outra denominação, chama esta atitude de crematística. Portanto a economia burguesa é uma crematística.

Ao pensar nos interesses de grupos e/ou de classes sociais, estamos enfocando a questão da estrutura social. Para entender a nossa sociedade, vamos colocar em evidência que ela é formada por classes sociais. Seguindo o pensamento de Marx, vamos perceber que existem duas classes fundamentais na sociedade moderna contemporânea. Estas classes são a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores. No capitalismo, sistema social no qual predomina a cultura do capital, são os capitalistas que dominam, ao mesmo tempo, os meios de produção (terras, fábricas, bancos, mineração, meios de comunicação, etc) e os meios políticos, controlam os instrumentos de Estado, ou o próprio Estado. Portanto a burguesia (os capitalistas) junta o poder da política e o poder da economia, e assim conseguem impor os seus interesses a todas as outras classes e grupos sociais. Para compreender esta complexa forma de organização da sociedade, Marx deixou claro que devemos juntar a economia e a política e formar uma nova ciência, a economia política.

Os trabalhadores não dominam os meios de produção, a única coisa que tem para oferecer é a sua força de trabalho, que é vendida para o capitalista em forma de salário, que deve ser entendido num sentido amplo, como toda forma de expropriação dos resultados do trabalho. É nesta relação que o trabalho gera o lucro para o capital, porque os trabalhadores/as são explorados/as pelos capitalistas. Mas porque os trabalhadores não se revoltam e fazem a revolução, isto é, transformam o sistema do capital? Uma das respostas já dadas é que a burguesia, por meio de mecanismos de difusão ideológica, escolas, igrejas, meios de comunicação, etc., faz com que a classe trabalhadora pense que os interesses da classe dominante são também os seus interesses, e então os dominados, na condição de alienação, começam a pensar como pensam os dominadores.

Vamos exemplificar um pouco esta ideia. Todos os dias ouvimos e aprendemos que os valores da concorrência, da competição, do indivíduo como a célula principal da sociedade, a propriedade privada dos meios de produção, o desejo do lucro, etc., são os únicos meios capazes de tornar o ser humano mais livre e feliz. Aliás, a felicidade e a liberdade são ligadas aos princípios da filosofia

liberal, a filosofia burguesa. Orientados pela moral burguesa, os economistas capitalistas organizam a economia, afirmando os mesmos valores, e, fora destas ideias, parece que o mundo não tem viabilidade de existir. O fim do capitalismo é para a burguesia o fim do mundo.

Para os que acreditam e lutam por uma sociedade diferente, o fim do capitalismo é a superação de uma forma de organização social e o começo de uma forma nova de vivência social. Os valores e as práticas capitalistas são substituídos. Não vamos mais ensinar a competição, mas a solidariedade. A solidariedade, na origem grega quer dizer *solidus*, isto é, algo sólido, portanto uma sociedade onde todos possam viver sem depender de outro mas, no coletivo, construir as condições necessárias de vida. Porém a solidez, ou a solidariedade, somente é possível se for superada a propriedade privada dos meios de produção, fonte da exploração do ser humano. Já podemos juntar a economia com a solidariedade e afirmar que a economia solidária é uma forma de organização da sociedade para a produção e distribuição dos bens materiais e imateriais embasados na coletividade, no trabalho associado, na co-responsabilidade, na participação, na democracia, na mutualidade, na autogestão, na cooperação. Uma organização na qual os/as trabalhadores/as controlam os meios de produção, neles trabalham. É uma economia que supera a divisão social do trabalho porque, quem pensa também faz e quem faz, pensa: é a afirmação da politecnicidade, e mais: quem trabalha ganha e ganha porque trabalha, sem ser explorado. A moral solidária, ou em termos estruturais mais amplos, socialista, é a construção de uma economia política que coloca na centralidade os valores éticos, filosóficos, culturais da classe trabalhadora. Portanto a economia solidária é uma economia política que estuda e pratica a forma de organização da sociedade embasada na visão de mundo da classe trabalhadora, superadora da propriedade privada dos meios de produção.

Isto quer dizer ainda que, ao propor uma economia solidária, temos que fazer outras perguntas: de que educação necessitamos? Que Estado, ou que política afirmamos? Que cultura reconhecemos? Qual a ética necessária? Afirmamos mais do que a economia solidária, a socioeconomia solidária, para demonstrar que somente somos solidários quando os diferentes grupos socioculturais constroem a sua existência a partir da sua cultura, seus valores, seus costumes. Disto decorre que a educação solidária é a afirmação dos povos, na sua origem, que diz da proximidade, da cooperação, da colaboração.

#### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1 - O que é a socioeconomia solidária?
- 2 – O que é economia? O que é a solidariedade?
- 3 – O que são classes sociais?
- 4 – O que são os meios de produção?
- 5 - Como devemos nos organizar para concretizar a socioeconomia solidária no nosso meio?

#### **Bibliografia**

- ABDALLA, Maurício. **O Princípio da Cooperação em Busca de uma Nova Racionalidade**. São Paulo: Paulus, 2002.
- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a Solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2001.
- ZART, Laudemir Luiz Zart (org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres/MT: Unemat Editora, 2004.

# REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

Clóvis Vailant

As redes ganharam destaque nosso dia a dia. Ouvimos falar em rede todo o tempo: rede de supermercados, rede de postos, rede compras, rede ONGs, rede transporte, rede de neurônios, etc. A palavra NET tão presente significa rede, então internet é mais uma dessas redes. Mas o que é uma rede?

Bom, uma rede é antes de tudo uma ligação entre diferentes pontos. A palavra “*retis*” em latim significa rede e era usada para dar nome ao tecido que apresentava certa abertura entre um ponto e outro, muito parecido com a rede de pescador.

Hoje as redes ganharam outros significados e funções. Em Mato Grosso, por exemplo, tem a Rede Matogrossense de Educação e Socioeconomia Solidária (REMSOL) que reúne empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, gestores de políticas públicas e profissionais militantes da economia solidária no Estado e tem como objetivo articular estas pessoas na construção de outro modelo de economia, a partir de ações de formação.

Como são estas redes e como funcionam?

As redes são um conjunto de entidades, pessoas, organizações econômicas e outras formas de organização que se reúnem em torno de um objetivo comum e definem atividades para fazerem juntos e separados, ao mesmo tempo, ou em tempos diferentes, para alcançar seus objetivos. Estas instituições ou pessoas são os nós da rede, o ponto de ligação dos fios (caminhos) da rede.

Estas redes têm sempre uma coordenação ou direção eleita que anima a rede, ou seja, faz as comunicações: avisos, informações, convocam reuniões presenciais e virtuais, organiza eventos. Esta equipe de coordenação não toma as decisões, ela apenas faz acontecer o que os componentes da rede decidem no coletivo. Não há uma entidade ou pessoas que sejam mais importantes que outras. Em resumo, em uma rede não pode haver concentração de poder.

Outra questão importante são as trocas na rede. Elas devem acontecer, sempre que possível, em todas as direções. Trocam-se conhecimentos, produtos e informações; estas trocas são livres e seguem os princípios definidos pela rede. Não há controle proposital sobre a circulação de informações.

Existem exemplos de redes que em nada se parecem com essa proposta, por exemplo: rede de supermercados, elas tem o poder concentrado numa direção central e os nós da rede e não há liberdade de comunicação, só as informações aprovadas pela matriz é que podem circular e algumas informações são restritas a poucos funcionários.

Mas o que é uma rede de colaboração solidária?

Pense no que você compra no mercado ou na vendinha. Vamos pensar o arroz. Você conhece quem plantou? E quem beneficiou? Quem é o atacadista? Talvez você conheça o dono da mercearia ou mercadinho no assentamento. Este caminho do produto da roça até nossa casa é uma cadeia



produtiva. Ela é linear, ou seja, o plantador de arroz não conhece o proprietário do atacado e, às vezes, nem o da máquina de beneficiamento.

Neste exemplo, o que move a cadeia é a necessidade e a produção, e as regras que valem são as do mercado capitalista, ou seja, cada elo da cadeia procura lucrar o máximo possível e ela se movimenta pela necessidade de consumirmos arroz e pela competição. Assim pagamos caro, às vezes, pelo arroz e o produtor recebe muito pouco.

A rede de colaboração solidária é diferente disto, ela reúne consumidores e produtores em uma rede e a relação entre eles é a de valorização do produto, do trabalho e da vida das pessoas que participam da rede.

A rede de colaboração solidária sempre tem um limite territorial, tipo um município ou uma região. Isto é importante para que as pessoas se conheçam e possam acompanhar o processo de produção, se quiserem. Esta proximidade também ajuda a manter uma rotina de reuniões. Algumas redes são maiores e por isso nem todos e todas se conhecem e assim são criadas comissões que certificam os processos de produção, para que a rede funcione bem.

A questão do cuidado com a vida é um princípio da economia solidária que se põe em prática nestas redes. A valorização da vida nos exige que a produção provoque o menor dano possível ao meio ambiente e às pessoas, com respeito à saúde, às águas, à terra, aos vegetais e animais e ao ar. No caso da agricultura familiar a forma de trabalho indicada é a agroecologia. Claro que não é possível chegar e exigir que todos os agricultores e todas as agricultoras que já estejam produzindo agroecologicamente, mas no mínimo é necessário iniciar a transição agroecológica.

O respeito ao trabalho e ao produto parte da necessidade que temos de reaprender como são feitas as coisas e que o trabalho não é e não deve ser visto como algo que nos suga as energias todas, nos deixando só o cansaço. O trabalho é meio que usamos pra mudar o mundo e nós mesmos, num processo de nos tornar cada vez conscientes do nosso ser e dos outros que vivem conosco. Na rede, o trabalho deve ser realizado pensando em como a comunidade que vivemos e a rede podem crescer com os resultados.

Por fim, é preciso saber que, na rede de colaboração solidária, os preços dos produtos não são definidos pela oferta e pela procura, como dizem ser no mercado capitalista, e sim num acordo com todos e todas da rede e levam em conta os princípios que apresentamos acima e a garantia do bem viver, ou seja, o preço tem que garantir condições dignas de vida para quem produz e um preço que seja compatível com o que está sendo praticado no comércio.

As redes podem ter diferentes formas de promover a troca de produtos e podem, inclusive, criar moedas próprias que são chamadas de moedas sociais. Acontece também a troca direta de produtos. Uma alternativa é a organização de entregas de cestas de produtos semanalmente, direto nas casas dos consumidores. Uma das experiências que está em construção é a Feira Virtual de Cáceres que parte do SICSSOL – Sistema de Comercialização Solidária da REMSOL.

A ideia é que, cada vez mais, ampliemos a produção dentro da rede. É importante que as redes de colaboração também troquem produtos entre si, ampliando a complementaridade que é o princípio de que as trocas devem levar em conta o que precisamos e não produzimos, ao invés de comprar aquilo que os fabricantes fazem propagandas e dizem que precisamos ter. A complementaridade também é um princípio que questiona a competitividade como a força principal para manter as trocas.

**Questões para Estudo e Debate:**

- 1 – O que são redes de colaboração solidária?
- 2 – O que podemos e devemos fazer para ampliar as redes de cooperação na nossa sociedade?

**Bibliografia**

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis.RJ: Vozes, 1999.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002.

# EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

*Clóvis Vailant*

Mas o que é empreender?

Empreender é algo que fazemos todos os dias. Segundo o dicionário Michaelis da língua portuguesa, empreender é realizar, fazer, começar algo. Então quantas atividades empreendemos num dia? Acordamos, nos organizamos para o dia, trabalhamos, estudamos, nos divertimos e realizamos muito mais. Atualmente, ouvimos muito falar de empreendimento como sinônimo de empresa e, empreendedora, a pessoa que inicia um negócio. Isto é reduzir demais o sentido das palavras. Vejamos outros exemplos: uma agricultora que resolve transformar as folhas caídas das árvores em adubo orgânico empreende algo diferente; um pai que resolve ajudar na reforma da escola, a pedido de outro que teve a ideia, são também exemplos de empreendedores.

Vejamos: empreender é uma ação que pode ser individual ou coletiva e pode ser para garantir nosso sustento ou contribuir com a comunidade e a história, pois quantos homens e quantas mulheres se doaram inventando, lutando e vivendo para que hoje tenhamos energia elétrica, rádio e outras tantas ferramentas e aparelhos.

O que são empreendimentos econômicos?

Os empreendimentos econômicos são considerados aqueles que produzem, comercializam ou prestam algum tipo de serviço no que chamamos de mercado, onde buscamos o que precisamos para viver e não produzimos. Estes empreendimentos são propriedade de uma ou mais pessoas e têm empregados trabalhando neles, ou seja, as pessoas que trabalham também vendem algo que é a sua força de trabalho. E nestes empreendimentos o que se produz é dos proprietários ou donos. O que sobra no fim do mês é o lucro dos donos. Em resumo, assim funciona um empreendimento capitalista, no campo ou na cidade.

Nestes empreendimentos, a única preocupação com quem toca o negócio é garantir o lucro no fim do mês. A saúde dos trabalhadores e trabalhadoras só é respeitada, isso quando respeitam, pela força da lei. Assim também é a preocupação com o meio ambiente e com a vida, só respeitam aquilo que a lei impõe. Por isso é muito importante termos leis trabalhistas.

Mas o que são empreendimentos econômicos solidários? O que os diferenciam dos outros empreendimentos?

Os empreendimentos econômicos solidários são organizações coletivas, ou seja, que são organizadas por várias pessoas que se juntam em uma atividade. Dizemos que estas pessoas devem ser de famílias diferentes pois a solidariedade, o cuidado com o outro e com a vida é mais entre irmãos, pais e filhos e primos. As pessoas são diferentes e o que sabem fazer se complementam na produção, comercialização, serviços e atividades de crédito, de modo que todos dependem uns dos outros.

Outra questão importante é que no Empreendimento Econômico Solidário (vamos usar a sigla EES para ficar mais fácil) o que fazer e o como fazer é uma decisão de todos e todas que trabalham.

No empreendimento capitalista, o dono ou sócios definem o que querem e contratam administradores e gerentes para fazer acontecer como querem nas empresas. Nos EES normalmente todo o planejamento é feito coletivamente e os responsáveis por coordenar os trabalhos são escolhidos entre os trabalhadores e trabalhadoras, estes são os presidentes e diretores das cooperativas ou empresas de autogestão.

Como tudo é decidido coletivamente, o EES sempre considera o bem viver das pessoas que nele trabalham como seu principal objetivo, ou seja, importa mais a saúde, o lazer, o tempo pra conviver com a família do que apenas o quanto se vai ganhar. Isto não quer dizer que não há preocupação com o quanto se vai ganhar, a retirada mensal tem que ser suficiente para garantir boa alimentação, moradia, lazer e vestimenta para toda a família.

Os EES sempre levam em conta que mudanças eles provocam na comunidade e no meio ambiente. Estas preocupações são parte da prática da solidariedade que vai para além dos associados e associadas e de apenas a vida humana, ou seja, se preocupam com vida em geral e com o planeta.

Outra questão que diferencia o ESS dos empreendimentos capitalistas é o que fazem das sobras no fim do ano. As empresas capitalistas fazem o balanço anual e dividem os lucros entre os sócios, de acordo com quanto cada um possui da empresa ou, ainda, podem decidir investir os lucros no crescimento da empresa. Estas ações também são feitas nos EES, a diferença é cada um recebe de acordo com seu trabalho ou a quantidade de produtos entregues na cooperativa ou empresa de autogestão e a decisão é do coletivo, na assembléia geral. Na empresa capitalista, se tiver 100 sócios e um deles tiver mais de 50% da empresa ele pode decidir sozinho o que fazer com o lucro.

Estas ações coletivas de gestão do EES, ou seja, decidir o que fazer, como fazer e como distribuir os resultados do trabalho de todos e todas são práticas de autogestão que exigem alguns conhecimentos para além de operar máquinas ou cuidar dos produtos. Por isso, uma outra preocupação permanente é a formação dos trabalhadores e trabalhadoras, contudo não é só a formação para produzir mais em menos tempo (aumentar a produtividade), mas também em como participar de todas as decisões e ainda compreender como funciona o sistema capitalista e seus mecanismos para explorar o trabalhador e como ele usa a política para controlar a maioria do povo. Compreender também como funciona a mídia e as escolas que vão aprofundando as idéias capitalistas entre nossas atividades de todo dia, ou seja, nos tornando consumistas e individualistas.

Que tipos de Empreendimentos Econômicos Solidários existem?

Os EES são associações, cooperativas, empresas de autogestão e grupos informais.

As associações podem ser organizadas a partir de duas pessoas, porém elas não podem ter, conforme a legislação em vigor, finalidade econômica e isso dificulta algumas ações. Outra questão é que os bens da associação não são dos associados e sim de domínio deles, e no caso de fechar a associação os bens serão repassados ao Estado ou outra associação com a mesma finalidade.

As cooperativas precisam de 21 pessoas para se formar (uma luta da economia solidária é diminuir para 05 pessoas) e pode realizar quase todas as atividades econômicas de uma empresa.

Grupos informais são coletivos que ainda não buscaram se formalizar seja por falta de apoio e conhecimento ou até mesmo por posição política contrária ao tratamento que os EES têm recebido do poder público.

É importante ressaltar que a decisão sobre qual a melhor forma de se organizar é uma decisão que deve ser tomada após todos e todas conhecerem como funciona cada uma das formas e quais as vantagens e desvantagens de cada uma. Outra questão importante é ter claro quais os objetivos que

queremos alcançar e como pretendemos alcançá-los; estas informações devem ser registradas no que as empresas capitalistas chamam de plano de negócio e os EES denominam plano de sustentabilidade.

**Questões para Estudo e Debate:**

- 1 – O que é um empreendimento econômico solidário - ESS?
- 2 – Como devemos proceder para organizar um ESS?
- 3 – Quais são as dificuldades que encontramos para organizar um ESS e quais as vantagens que o empreendimento coletivo pode gerar na comunidade?

**Bibliografia**

NUNES, Débora. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária**: uma aplicação da pedagogia da cooperação. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas**: projetos coletivos de mudanças de vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Trad. Marizete Dalla Corte. Santa Maria/RS: Cisma edições, 2001.

# O QUE É ECOLOGIA

Solange Ikeda Castrillon

A palavra Ecologia apareceu em 1866, citado por Ernest Haeckel. Por ecologia entendemos a totalidade da ciência das relações dos seres vivos entre si e seu ambiente, formado com os vocábulos gregos oikos e logos, “ciência da casa”.

Desde então temos tentado compreender como funciona nossa casa. Sabemos que tudo está interconectado, como uma teia, os organismos interagem entre si, dentro de suas populações ou nas comunidades com outras espécies e interagem também com o ambiente, os ecossistemas, onde ocorre fluxo de energia e ciclo de matéria e nutriente. A interconectividade dos sistemas ecológicos significa que as interações se espalham através da terra, como os indivíduos e os materiais se movem entre *habitats* e regiões. Nesta teia é importante que haja equilíbrio, o rompimento de um dos elos pode causar grandes impactos.

Certamente, antes da palavra, o saber ecológico já existia em nossos ancestrais que para suprir necessidades básicas, já entendiam como funcionam as cadeias alimentares, ao saber a isca certa para sua pesca. Até hoje as populações com manejos tradicionais tem conservado a biodiversidade e processos ecológicos.

Esta ciência pode colaborar com as soluções para a atual crise ambiental que assola o planeta, para os que acreditam que outro mundo é possível e necessário. A verdadeira crise, não o discurso dos velhos defensores do sistema que a desencadeou, pois os problemas ambientais, apesar de globais não são iguais, áreas e povos carentes *são os mais atingidos e os que mais sofrem*.

No campo, a crise se agravou com a “revolução verde” um programa proposto para aumentar a produção agrícola baseado em monoculturas com uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e insumos de alto custo. A diversidade de pequenos sistemas de subsistência foi substituída, expulsando o pequeno produtor de sua propriedade, desencadeou a perda de espécies nativas e dos manejos tradicionais ampliando assim a degradação ambiental e os problemas sociais.

Com a revolução industrial, a concentração de gases de efeito estufa duplicou e as projeções para o final deste século é que triplique, significando o aumento no aquecimento global de aproximadamente 5° C, proporções inimagináveis para a sobrevivência na terra.

Desastres ecológicos poderiam ser evitados utilizando este conhecimento. A introdução de espécies exóticas (de outras regiões, países) só poderia ser liberada após estudos sobre o ecossistema, as cadeias e teias alimentares, como serão as interações com as espécies locais, verificando se a espécie é culturalmente aceita pelas populações humanas para que estas não se tornem invasoras e se espalhem sem controle.

No Brasil, por exemplo, o caramujo africano (*Achatina fulica*) foi introduzido ilegalmente para servir de alimento e como não foi aceito por não fazer parte do nosso cardápio, foi descartado inadequadamente, de forma que sobreviveu e multiplicou intensivamente, pois não encontrou predadores naturais. O caramujo africano tem causado problemas se alimentando de plantas de

interesse agrícola (abóbora, alface, batata doce, mandioca, feijão, etc), predando outras espécies de caramujos nativos e se proliferando sem controle nas cidades, além de serem hospedeiros intermediários de espécies de vermes que acometem as pessoas.

*A utilização dos herbicidas chamados de “agente laranja” no Vietnã, para além de ter sido um desastre ecológico, desfolhando vegetais nativos, destruindo as plantações de arroz, entrando na cadeia alimentar onde pessoas, plantas e animais estão contaminados até hoje, evidencia o quanto segundo (ACOT, 1990) a ciência não é pura nem aplicada, é atravessada pelas ideologias e marcada pelas mentalidades, governada por instituições e intervém ao mesmo tempo em suas criações e suas transformações.*

*Compreender como funciona o ambiente e suas relações é fundamental para o momento. Somos dependentes dos ecossistemas, de onde tiramos alimentos, água, energia, artefatos e estes estão degradados e são muitos os responsáveis. Sabemos que a degradação ambiental se manifesta nas mudanças climáticas com catástrofes, como enchentes, secas e perda de ambientes e vidas. Também são evidentes as informações de que os pequenos agricultores, a agricultura familiar e a população carente serão os mais afetados pelas mudanças climáticas, por viverem em regiões vulneráveis e por falta de acesso à tecnologia e renda.*

*Saber que somos todos responsáveis pela casa que vivemos, pela manutenção da vida em todas as formas é muito importante, assim como propagar o sentido da justiça ambiental, reconhecendo o nosso papel diante dos conflitos relacionados ao uso e conservação dos recursos naturais, que são findáveis.*

*Para Capra (1990) existe um inter-relacionamento e uma interdependência entre fenômenos psicológicos, biológicos, físicos, sociais e culturais, a “teia da vida” transmite seu sentido de entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos. Como reforça a poesia do chefe indígena de Seattle: “tudo que fazemos a terra, reflete aos filhos da terra”.*

#### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1 - Como funciona nossa casa (o espaço em que vivemos)?
- 2 - É um espaço fértil, fácil de tirar nossos alimentos, plantados ou nativos?
- 3 - O ambiente está mudando? O que pode ter causado esta mudança?
- 4 - Se existem mudanças, elas influenciam a nossa vida, nosso bem estar?
- 5 - Podemos melhorar nossa produção de que forma?

#### **Bibliografia**

ACOT, P. **História da ecologia**. [trad. Carlota Gomes]. Rio de Janeiro: Campus. 1990. 212 p.

BOFF, L. **ECOLOGIA – Grito da Terra Grito dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000. 341p.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Pensamento/Cultrix, 1996. 256p.

MARGALEF, R. **Teoría de los Sistemas Ecológicos**. Universitat de Barcelona Editora: Barcelona. 1991. 290p.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.470p.



*Laudemir Luiz Zart*

Para debater as questões da agroecologia propomos como metodologia a compreensão inicial do quadro e do significado da modernização do campo, para discutir as implicações na destruição dos estilos de vida, da produção camponesa e dos processos de transferência de tecnologias realizadas pelas empresas privadas com o suporte das políticas públicas. É ainda necessário compreender o sentido da agroecologia para a luta de resistência e de proposição camponesa.

A partir da década de 60, o Brasil optou por uma política de modernização da agricultura. Era a chamada “revolução verde”. A compreensão do contexto onde esta “revolução” se encaixou era simples: as cidades eram consideradas avançadas, porque já incorporavam tecnologias modernas, e o campo era julgado como atrasado. Portanto, era preciso modernizá-lo.

Mas então, o que foi a modernização pretendida para o campo? A modernização é a ideia de que os/as agricultores/as (familiares ou não) seriam excelentes compradores de máquinas agrícolas (tratores, ceifas, implementos), de insumos, de sementes híbridas. Para isso, como eles não tinham muito dinheiro, apareceu o crédito, isto é, o setor financeiro se preparou para emprestar dinheiro para os agricultores. E eles foram para os bancos, endividaram-se, para produzir modernamente, tornaram-se dependentes dos mercados e das políticas públicas, mais especificamente dos agentes de empresas capitalistas e principalmente as multinacionais.

Para viabilizar a modernização do campo era ainda necessário a assistência técnica. Então o Estado brasileiro criou as universidades, os cursos de agronomia, para fazer pesquisa e formar os técnicos. Formaram também as políticas de extensão rural. É necessário entender o seguinte: os técnicos agrícolas não eram preparados para desenvolver a agricultura, a partir dos conhecimentos e das experiências dos camponeses. Esses conhecimentos eram de fato desprezados. É necessário vender o pacote tecnológico que tem o adubo químico, o agrotóxico, as sementes híbridas e transgênicas, o trator, a ceifa, o dinheiro do sistema financeiro.

Esta organização da agricultura leva o agricultor a comprar “pacotes tecnológicos” que dão muito dinheiro para as multinacionais e os deixam endividados e dependentes. Esta política resulta no que denominamos, nos dias de hoje, de agronegócio, que é a redução da ideia da agricultura ao simples fundamento do negócio, ou a submissão do camponês ao mercado capitalista.

Mas não foi somente isto que aconteceu. Os movimentos sociais camponeses também resistiram e demonstraram e ainda lutam, estudam e experimentam formas originárias de produção e de consumo. Esta ideia não despreza novas tecnologias, a necessidade da ciência, da educação. Ela afirma a capacidade e a possibilidade de desenvolvimento do campo embasado na cultura e na economia camponesa.

É neste caminhar que surge a agroecologia. Ela representa ao mesmo tempo um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente (os ecossistemas) e as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo. Citaremos o pensamento de alguns autores para orientar esta compreensão. Para Altieri (2002), a agroecologia é entendida como uma ciência que estabelece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar e avaliar os



agroecossistemas. O princípio científico é afirmado porque a agroecologia se aproxima das concepções de um desenvolvimento integrado de sociedade. Neste sentido a agroecologia vai além do campo técnico, embora o incorpore, porque investiga e analisa os elementos fundamentais de manutenção e preservação da biodiversidade. Esta assertiva metodológica e epistemológica incorpora as dimensões práticas da conservação dos recursos bióticos e de proteção da qualidade ambiental. Não restrita às dimensões biofísicas, a agroecologia estuda a cultura e reconhece e valoriza os conhecimentos populares além das relações sociais, isto é, tem como objeto de análise um todo consistente na perspectiva de uma agricultura sustentável.

Nesta mesma linha teórica estão Caporal e Costabeber (2004), para os quais a agroecologia é um “enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis” (p. 47). Neste sentido é compreensível o processo de implantação de experiências, de observação e de aprendizagens pelas organizações camponesas. Se por um lado, tivemos, com a modernização da agricultura uma dinâmica histórica que desapropriou os camponeses dos seus saberes, por outro lado, temos, com a agroecologia, um movimento histórico que afirma a cultura camponesa na sua tradição de produção, de convivialidade social e de conservação da natureza.

A tradição que se afirma nos movimentos sociais camponeses é a constituição de conhecimentos que se embasam na elaboração científica, não a tradicionalidade conservadora, estática e fechada, mas uma tradição que se inova a partir das experiências endógenas e que se abre para o novo aprender e fazer.

A agroecologia é o aprofundamento dos conhecimentos em relação aos ecossistemas. Neste sentido como afirma Gliessman: “um ecossistema pode ser definido como um sistema fundamental de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, os quais, no espaço e no tempo mantêm um equilíbrio dinâmico porem estáveis. Assim um ecossistema tem partes físicas com suas relações particulares [...] que juntos participam de processos dinâmicos [...] os componentes estruturais mais básicos dos ecossistemas são fatores bióticos, organismos vivos que interagem no ambiente, e fatores abióticos, componentes químicos e físicos não vivos no ambiente como luz, umidade e temperatura” (2005, p. 61,62).

Os atores sociais principais neste processo de conhecimento são os/as camponeses/as. Mas quem são eles/as? Guzmán e Molina nos indicam que “[...] o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, constitui-se numa forma de manejar os recursos naturais vinculado aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de camponesidade” (2005, p. 78).

Para finalizar nos parece que o conceito de Gliessman traduz a síntese das diversas dimensões que estão na agroecologia: a produção, o consumo, a ciência, a técnica, a educação, a cultura. Afirma Gliessman que “[...] a agroecologia é o estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas, por outro é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (2005, p. 56).

### **Questões para Estudo e Debate:**

- 1 - O que é a modernização do campo? O que ela significou para os/as camponeses/as, para o Estado e para as grandes empresas capitalistas do agronegócio?
- 2 - O que é a agroecologia? No que ela é diferente do agronegócio?
- 3 - Como podemos caracterizar a agroecologia?

4 - Quais conhecimentos científicos e tecnológicos necessitamos para desenvolver a organização camponesa agroecológica?

5 - Quais conhecimentos e práticas de produção e de consumo agroecológicos existem na nossa comunidade? Como podemos aprender mais sobre a agroecologia?

### ***Referências Bibliográfica***

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto. Costabeber, José Antonio. **Agroecologia e Extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora da UFRGS, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla e Molina, Manuel Gonzáles de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

## Expediente

Equipe do Projeto da Extensão-Pesquisa

Laudemir Luiz Zart  
Ilma Ferreira Machado  
Heloisa Salles Gentil  
João Ivo Puhl  
Dilma Lourenço  
Clóvis Vailant  
Santino Seabra  
Solange Ikeda Castrillon

## Realização



**PIESES**  
Programa Institucional de Educação  
e Socioeconomia Solidária



## Apoio Financeiro



**FAPEMAT**  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

## Parcerias

